



Leila Governadora

Proposta de Governo
DF com cidadania e cuidado
Uma jornada para o futuro

DF COM CIDADANIA E CUIDADO UMA JORNADA PARA O FUTURO

O objetivo do bom governo é realizar uma gestão que priorize as pessoas e que se conecte com suas principais necessidades a partir da promoção da cidadania, a fim de levar as cidadãs e os cidadãos do Distrito Federal para o centro do Plano de Governo, transformando aspirações em ações do Estado. Partindo dessa premissa, o Estado deve ser estruturado para servir ao cidadão, no esforço coletivo e participativo de buscar a felicidade, as plenas condições de desenvolvimento das pessoas, de forma que elas atinjam suas potencialidades e alcancem o bem-estar.

Temos, também, como ponto central o cuidado que quem se propõe a governar deve ter com todos os cidadãos. Os períodos críticos da pandemia e a prolongada crise econômica e social nos lembram disso a cada minuto, nos tornam sensíveis e cientes dos desafios. Pretendemos cuidar de todas e todos: das pessoas, das famílias, das cidades e da economia. Pretendemos um governo com foco na cidadania e no cuidado, em que todas e todos se sintam parte, incluídos e responsáveis por um novo DF – o nosso Distrito Federal.

Com 3,1 milhão de habitantes, o DF está localizado no coração geográfico do País e da América do Sul e situado em um hub logístico com potenciais imensos por ser a Capital do País. Além disso, está inserido em uma região de elevado crescimento econômico, com a maior renda per capita nacional e grande vocação para o desenvolvimento científico, tecnológico e humano – condições propícias que elevam o potencial de desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que possuímos diversas vantagens comparativas aos demais entes federados, temos também muitos desafios. Um deles é a alta e crescente desigualdade de renda, além da estrutura insuficiente de Saúde, que tem apresentado problemas crônicos identificados diariamente pela população. Outro ponto de destaque é a estrutura educacional que, por sua vez, se mantém com indicadores medianos e crônica dependência econômica das atividades estatais, somados aos desafios imensos a serem superados por um novo governo.

Temos, ainda, o desafio de disseminar e consolidar o conceito de desenvolvimento social ambientalmente sustentável, capaz de gerar riqueza, reduzir a pobreza, criar oportunidades de forma criativa, com valorização das vocações locais e garantia de um futuro mais igualitário para as próximas gerações. E, como resultados indiretos, acreditamos que o novo modelo de desenvolvimento pode fortalecer e integrar o tecido social para um Distrito Federal menos violento, mais fraterno e inclusivo para todos os cidadãos, com valores humanos e enaltecimento e reconhecimento da diversidade: de cores, etnias, credos e preferências. Nosso governo será de inclusão e promoção da cultura cidadã.

Trazemos como princípio a boa política, aquela com foco no cidadão e na cidadania, na crença de que é possível fazer Política de forma ética e voltada para o desenvolvimento do Distrito Federal. Acreditamos no Estado como indutor do desenvolvimento e promotor da igualdade, baseado irrestritamente na Democracia como o único regime que possibilita o desenvolvimento amplo do Ser Humano e da Cidadania.

Temos como valores a Transparência, a Ética, a Responsabilização dos agentes, a Responsabilidade Social, a Responsabilidade Ambiental, a Responsabilidade Fiscal, a Responsabilidade Administrativa e a Política responsiva e com governança.



Acreditamos que as preferências e as pretensões de ação de um novo Governo devem guiar seu Plano, indicando os caminhos que serão abertos e trilhados coletivamente e, de forma metafórica, esse Plano é uma janela ou uma porta por meio da qual cada cidadã e cidadão do DF poderá vislumbrar um futuro melhor. Nossa visão de futuro é a construção de um Distrito Federal onde as pessoas tenham oportunidade de trabalhar, segurança para educar seus filhos e condições para se desenvolverem como pessoas e cidadãos capazes de fazer a economia prosperar e honrar a profecia de Dom Bosco de “uma cidade de onde jorrará leite e mel para toda a Terra”. Nosso governo atuará para que o Distrito Federal cumpra seu destino de ser uma terra próspera.

Por reconhecer os imensos potenciais do Distrito Federal, acreditar na democracia e na necessidade do governo de cuidar das pessoas, organizamos, e apresentamos, nosso Plano de Governo voltado para o cidadão e alinhado com o foco no desenvolvimento amplo e sustentável da Sociedade e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que devem orientar transversalmente a Agenda Pública.



Distrito Federal Organizado em Prol do Cidadão

O Distrito Federal deve ser organizado para atender ao interesse do cidadão, de forma a facilitar seu acesso aos serviços prestados. O Estado deve se organizar como prestador de serviços à cidadania.

Política como forma de construção de alternativas para a Sociedade

A Política deve ser utilizada para promover o desenvolvimento pleno do Distrito Federal a partir da discussão das soluções, celebração de parcerias, debates sobre as alternativas coletivas e jamais como forma de afirmação nem de interesses individuais, nem corporativos ou sequer como espaço de velhas práticas políticas.

Democracia e Participação

Elaborar políticas públicas com efetiva participação da sociedade para valorizar a diversidade e os saberes de cada uma e cada um, com a criação de mecanismos e ferramentas institucionais de participação permanente da população para a avaliação e possível correção de rumos das políticas.



Estado como promotor do desenvolvimento sustentável e integrado

O desenvolvimento amplo, socialmente justo, ambientalmente sustentável e territorialmente integrado, deve ser um dos objetivos do Distrito Federal. Nos países onde esse desenvolvimento efetivamente aconteceu nos últimos quarenta anos, ele foi incentivado e induzido pelo Estado. Mas, tal desenvolvimento só faz sentido quando consegue integrar as cadeias produtivas, desenvolver novas tecnologias, conectar os setores e os espaços produtivos no território urbano e rural.

Estado como promotor de equidade e de oportunidades para todos

A função do estado é induzir o desenvolvimento de oportunidades para as pessoas e as políticas públicas devem ser orientadas para redução das desigualdades.

Nossos Valores:

Transparência, Ética e Responsabilização

Transparência, ética e responsabilização são valores básicos e fundantes de nossa gestão, que vão mover e perpassar transversalmente todas as estruturas, programas e projetos do Governo. O compromisso com a transparência e accountability será levada à radicalização em todas as fases da Política Pública.

Responsabilidade Social

Um governo a serviço da sociedade, engajado em impulsionar o desenvolvimento humano e da comunidade do Distrito Federal sob a égide da justiça social que priorize políticas públicas para atender aos menos favorecidos, que consolide direitos, diminua desigualdades e promova o exercício da cidadania, bem como a emancipação e a autonomia plena de todos os cidadãos.

Responsabilidade Ambiental

O compromisso com o meio ambiente é o pacto firmado com o futuro do País e do Mundo: um governo atento à proteção e ao uso consciente e sustentável dos recursos naturais, dentro dos limites do funcionamento dos ecossistemas, com a adoção de práticas de máxima eficiência energética e de mínima produção de resíduos e que, na medida do possível, possam reduzir nossa pegada ecológica para baixar as emissões de dióxido de carbono a fim de minimizar os impactos negativos que afetam diretamente tanto os recursos ambientais, como também a própria população local. Além disso, adotar ações que contribuam com o esforço global de reversão dos graves efeitos das mudanças climáticas.



Responsabilidade Fiscal

A gestão fiscal equilibrada é condição preliminar para desenvolver políticas públicas com eficiência e perenidade no tempo e território. Assim, nosso governo tem o compromisso sólido com o equilíbrio e a responsabilidade fiscal.

Política Responsável e com Governança

Um governo verdadeiramente democrático, aberto ao diálogo com a sociedade em toda sua diversidade cultural e política, e que busca por meio do diálogo o caminho permanente para solucionar conflitos e produzir consensos, sempre em prol da construção de políticas públicas inclusivas e participativas.

Responsabilidade Administrativa

A construção da administração pública eficiente e eficaz focada na cidadania e nos cidadãos, com a entrega de serviços em quantidade e qualidade necessárias.

CENÁRIO E DIAGNÓSTICO

Os dados analisados para elaboração dos cenários e diagnósticos são, basicamente, os divulgados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Observatório de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (ObservaDF).

1) COMPOSIÇÃO DO PIB E ATIVIDADES ECONÔMICAS

De acordo com os dados divulgados pela CODEPLAN em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) do DF remonta a R\$ 273.614 milhões. R\$ 232.481 milhões referem-se a serviços, dentre os quais destaca-se o grupo “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” com R\$ 107.219 milhões, o que representa por si só 40% do PIB do DF. Nesse setor, os grupos mais resilientes durante a crise de 2014-2016 em termos de geração e preservação de empregos privados - “Educação e saúde” e “Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços” - foram também os mais profundamente atingidos entre 2020 e 2021, no ápice da pandemia. No âmbito da indústria, a “Construção Civil” é muito volátil em termos de quantidade de empregos e baixa em qualidade, porém responde muito rapidamente a estímulos econômicos e se atrela a “serviços e atividades imobiliárias” que, por sua vez, geram grande quantidade de empregos relacionados com “manutenção” e uma gama de serviços de melhor qualidade relativos à gestão e qualidade. Atividades produtivas básicas, como agricultura e indústria de transformação, têm amplo espaço para crescimento.

Dentre os serviços especializados, os financeiros e os de comunicação já têm participação expressiva no PIB e podem ser dinamizados para servirem de hub para a região Centro-Oeste.



Setores e atividades econômicas	Valor corrente (R\$ milhão)			
	2016	2017	2018	2019
Agropecuária	821	828	1.023	992
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	494	526	776	701
Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	267	235	174	209
Produção florestal, pesca e aquicultura	60	67	72	83
Indústria	9.662	8.449	9.541	9.454
Indústrias extrativas	24	9	21	24
Indústrias de transformação	2.280	2.046	2.835	2.205
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1.677	1.879	1.814	2.325
Construção	5.682	4.515	4.871	4.900
Serviços	195.911	206.325	215.561	232.481
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	12.613	12.198	12.636	15.612
Transporte, armazenagem e correio	5.332	5.491	5.874	5.855
Alojamento e alimentação	3.258	3.801	4.073	4.683
Informação e comunicação	6.465	6.338	6.989	7.678
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	33.433	36.186	36.158	40.274
Atividades imobiliárias	14.203	15.829	16.769	16.665
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	14.902	14.093	14.344	16.288
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	92.051	98.003	101.793	107.219
Educação e saúde privadas	9.027	9.612	11.348	12.382
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	2.970	3.210	3.759	4.066
Serviços domésticos	1.657	1.564	1.818	1.758
Valor adicionado bruto	206.394	215.602	226.125	242.927
Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	29.146	29.120	28.692	30.687
Produto Interno Bruto¹	235.540	244.722	254.817	273.614
População residente (em milhão de habitantes)	2.890	2.931	2.972	3.012
Produto Interno Bruto per capita (em R\$)	81.495	83.479	85.733	90.743





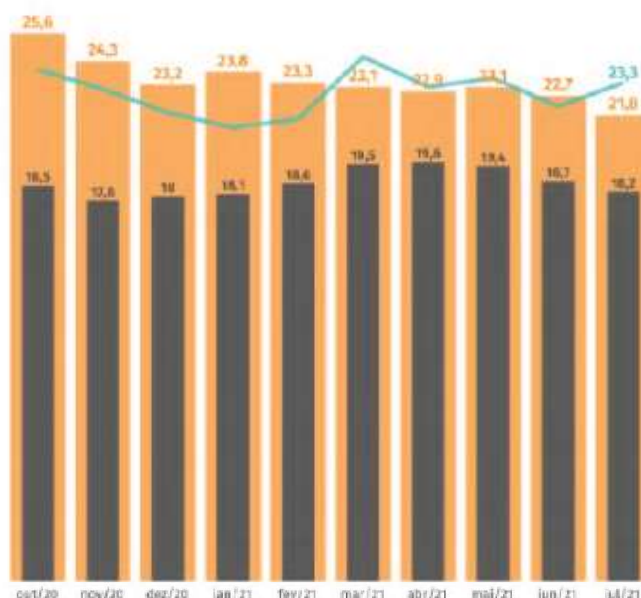
2) EMPREGO E DESEMPREGO

Sobre os dados de emprego, notamos a taxa de ocupação constante de, aproximadamente, 65% e a taxa de desemprego com variação entre 16% e 21%. Contudo, a taxa de ocupação constante, com redução da taxa de desemprego, nos remete ao provável aumento do desalento.

Ao cruzarmos os setores com maior e menor resiliência ao desemprego, surge a possibilidade de se estruturar programas de geração de empregos e de impacto social que serão tratados na operação do Programa de Governo (PG).

Além disso, a reativação econômica e a alteração da estrutura de complexidade da economia, em médio prazo, geram uma estrutura de empregos de qualidade em quantidade para gerar novos postos de empregos de qualidade para 200 a 300 mil cidadãos no Distrito Federal.

A Taxa de Desemprego da **Periferia Metropolitana de Brasília (PMB)** foi **maior** que a Taxa de Desemprego do DF, em todo o período considerado. O grupo A (baixa renda) acompanhou as altas taxas de desemprego da PMB, chegando a 23,3% em julho.

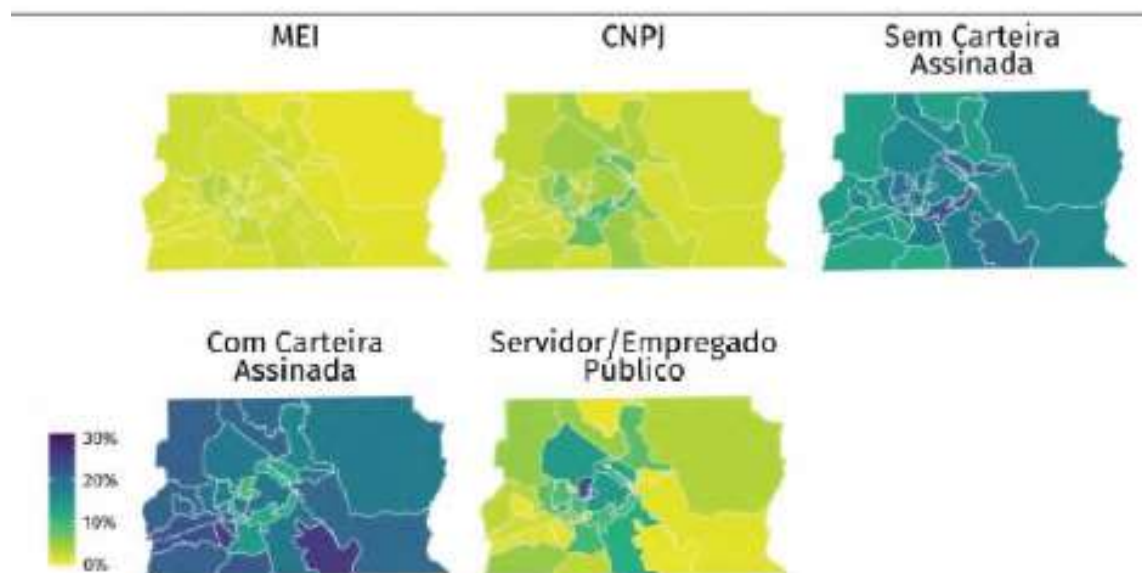


Pesquisa de Emprego e Desemprego - Distrito Federal							
Mês	Estimativas (em milhares de pessoas)					Taxas (%)	
	População em Idade Ativa	População Economicamente Ativa	População Ocupada	População Desocupada		Taxa de Atividade	Taxa de Desemprego
				Desemprego Aberto	Desemprego Oculto		
abr/20	2.476	1.609	1.275	279	54	65,0	20,7
mai/20	2.480	1.561	1.228	268	65	62,9	21,3
jun/20	2.484	1.517	1.190	255	72	61,1	21,6
jul/20	2.488	1.531	1.238	229	65	61,5	19,2
ago/20	2.491	1.534	1.241	233	60	61,6	19,1
set/20	2.495	1.564	1.275	238	50	62,7	18,4
out/20	2.498	1.590	1.295	243	52	63,6	18,5
nov/20	2.502	1.613	1.325	242	46	64,5	17,8
dez/20	2.506	1.612	1.322	243	48	64,4	18,0
jan/21	2.509	1.606	1.314	248	43	64	18,1
fev/21	2.513	1.603	1.305	256	42	63,8	18,6
mar/21	2.517	1.620	1.304	270	46	64,4	19,5
abr/21	2.520	1.641	1.319	272	50	65,1	19,6
mai/21	2.524	1.644	1.325	268	51	65,2	19,4
jun/21	2.527	1.644	1.336	259	49	65,0	18,7
jul/21	2.531	1.656	1.355	255	46	65,4	18,2
ago/21	2.534	1.671	1.367	261	43	65,9	18,2
set/21	2.538	1.678	1.381	260	37	66,1	17,7
out/21	2.541	1.655	1.377	242	36	65,1	16,8

Fonte: PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal. Convênio CODEPLAN e DIEESE.

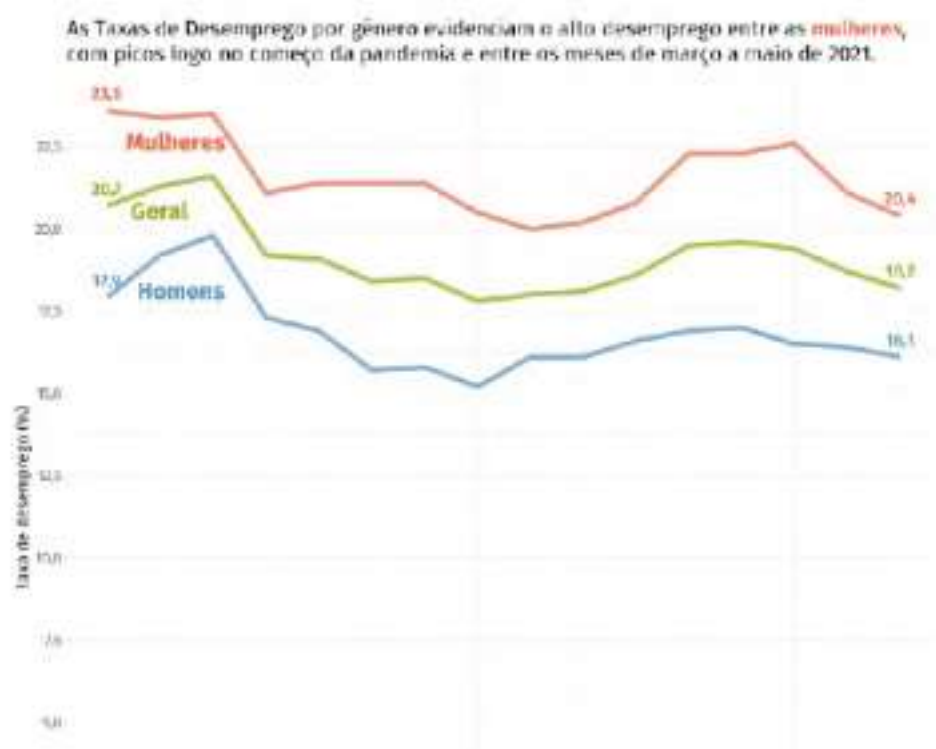
O tipo e qualidade do emprego, também, tem corte geográfico específico, o que sugere a necessidade de políticas de incentivo às atividades econômicas com corte geográfico e a busca do adensamento das cadeias produtivas locais





Elaboração Própria. Fonte: PDAD – 2018.

O desemprego também tem um corte de gênero muito claro: é 5% maior para as mulheres em relação aos homens.



3) POPULAÇÃO

A distribuição populacional no Distrito Federal se concentra majoritariamente nas regiões Sul e Sudoeste do Distrito Federal e o crescimento populacional é, em média, 1,2% aa.

As Regiões com maior pressão populacional são: Planaltina, Samambaia, Pôr do Sol/Sol Nascente.

Regiões Administrativas	2020	2021	2022
Águas Claras	124.015	125.759	126.856
Amiqueira	46.621	47.045	47.243
Brazlândia	64.027	64.776	65.219
Candangolândia	16.338	16.339	16.263
Ceilândia	352.758	354.625	354.813
Cruzeiro	30.854	30.860	30.728
Fercal	9.472	9.511	9.503
Gama	143.688	144.735	145.104
Guará	140.560	142.099	142.971
Itapoã	64.747	65.971	76.217
Jardim Botânico	58.138	59.322	60.248
Lago Norte	37.127	37.619	37.945
Lago Sul	30.320	30.446	30.455
Núcleo Bandeirante	24.019	24.217	24.305
Paranoá	74.690	75.350	75.636
Park Way	23.058	23.372	23.578
Planaltina	196.086	199.429	206.344
Plano Piloto	233.236	236.979	239.687
Recanto das Emas	132.447	136.104	139.095
Riacho Fundo	43.815	44.492	44.956
Riacho Fundo II	73.133	74.082	74.641
Samambaia	244.960	249.698	253.221
Santa Maria	132.606	132.982	132.719
São Sebastião	123.643	124.985	125.695
SCIA	36.770	37.527	38.097
SIA	2.621	2.645	2.657
Sobradinho	73.741	74.348	74.620
Sobradinho II	78.283	78.919	79.188
Sol Nascente/ Pôr do Sol	91.066	93.223	94.901
Sudoeste/Octogonal	55.258	56.018	56.508
Taguatinga	208.177	210.613	212.154
Varjão	8.829	8.953	9.030
Vicente Pires	77.443	78.624	79.417
Total Geral	3.052.546	3.091.667	3.130.014





4) A EMERGÊNCIA SOCIAL

A situação social agravou-se após a sucessão de fatos adversos oriundos de quase uma década de crise econômica e um biênio de grave crise sanitária. Isso cria uma situação de real emergência social em que o Estado passa a ser pesadamente demandado no momento de retração no crescimento de sua arrecadação (decorrente da crise econômica), sendo necessária a correta alocação de recursos em sua eficiência para atingir a camada mais vulnerável e para desenvolver encadeamentos no tecido produtivo que possibilitem o reaquecimento da economia.

Nessa parte do Plano, estamos nos baseando de forma predominante nos dados produzidos pelo ObservaDF.

a) FOME

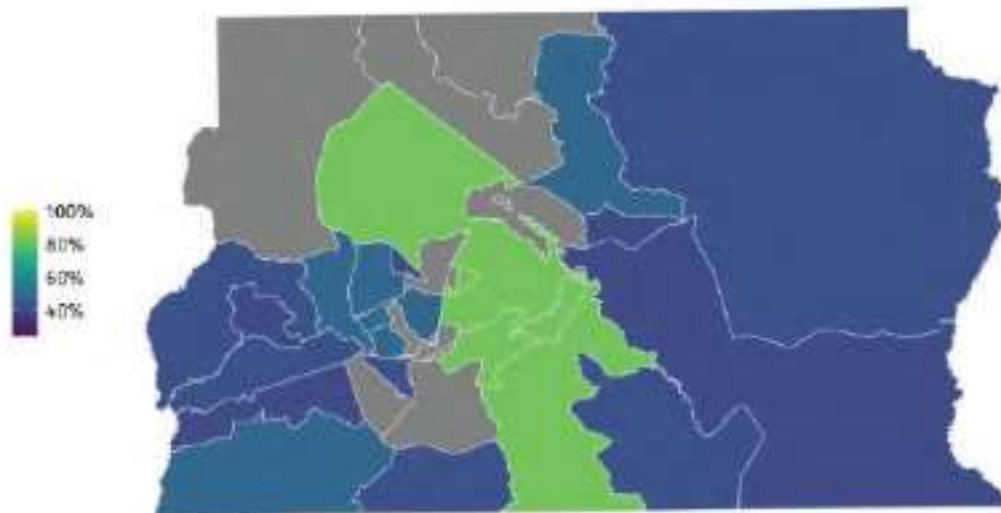
Os últimos cinco anos marcaram fortemente a deterioração de vários indicadores sociais e, nos últimos três anos, o retorno expressivo da fome e da insegurança alimentar.

A Distribuição da insegurança alimentar no Distrito Federal tem uma geografia muito bem definida e as regiões de exposição à fome e a necessidade de equipamentos e políticas públicas tem um endereçamento geográfico bastante relevante.



Segurança alimentar

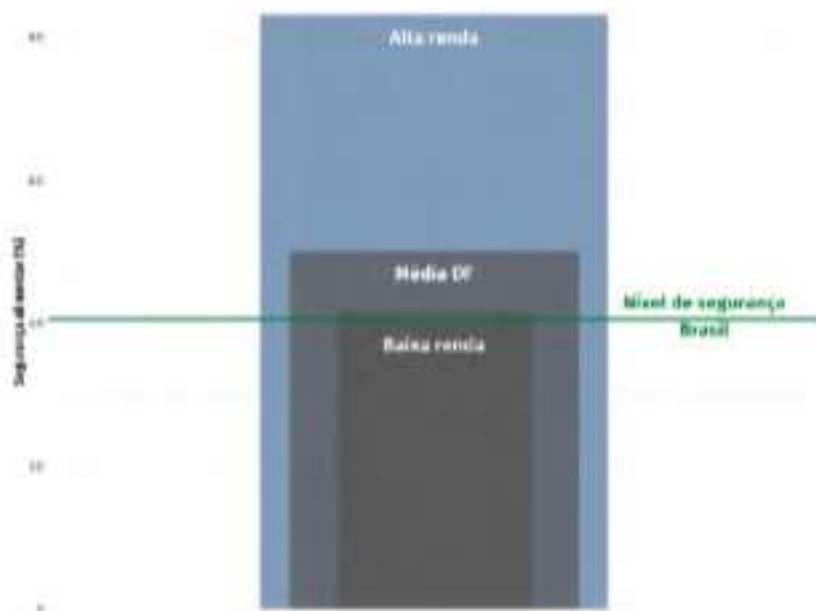
Quanto mais próximo de 100%, maior a segurança alimentar



Apresentamos aqui os principais achados do estudo sobre insegurança alimentar no DF identificados que apontam para as ações necessárias para sua mitigação:

- Taxa elevada de insegurança alimentar no DF, principalmente nas regiões com renda baixa;
- Sobre alimentação saudável e não saudável, os que estão em segurança alimentar são os que mais usam ambas;
- Quatro programas sociais têm coberturas relevantes: prato cheio, bolsa família, auxílio e restaurante comunitário. Mas esses programas não demonstram agir de forma coordenada para atacar o problema de forma ampla;
- Auxílio emergencial é o de maior cobertura;
- Mulheres têm maior probabilidade de estarem em insegurança alimentar;
- Escolaridade reduz a probabilidade de estar em insegurança alimentar;
- Pessoas com a cor da pele parda têm maior probabilidade de estarem em situação de insegurança alimentar do que pessoas com a cor da pele branca;
- Desempregados(as) têm maior probabilidade de estarem em situação de insegurança alimentar;
- Quem perdeu renda na pandemia está em situação de insegurança alimentar;
- Quem tem renda até dois (2) salários mínimos têm maior probabilidade de estar em situação de insegurança alimentar.
- Quem recebe o auxílio emergencial está em situação de insegurança alimentar (bem focalizado);
- O auxílio emergencial é o único programa social que teve um efeito limitado na insegurança alimentar para os mais pobres;
- Quem usa os Restaurantes Comunitários está em situação de insegurança alimentar;
- Pulverização de programas e recursos e baixa cobertura, é necessário coordenação e ampliação de cobertura.

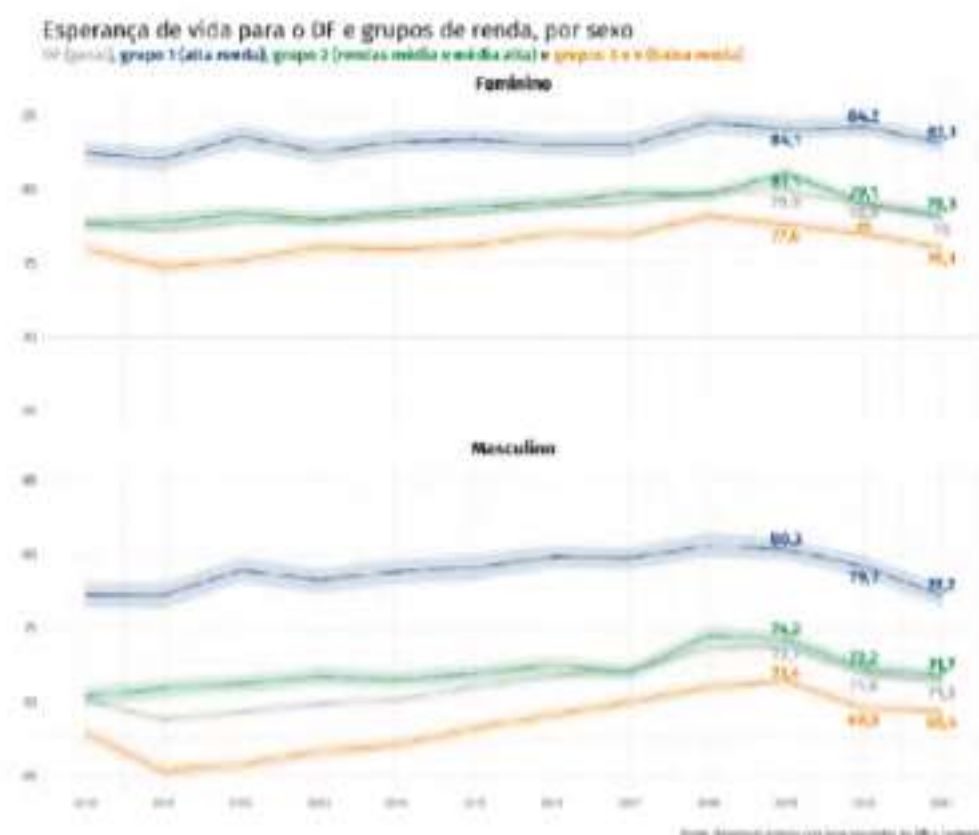




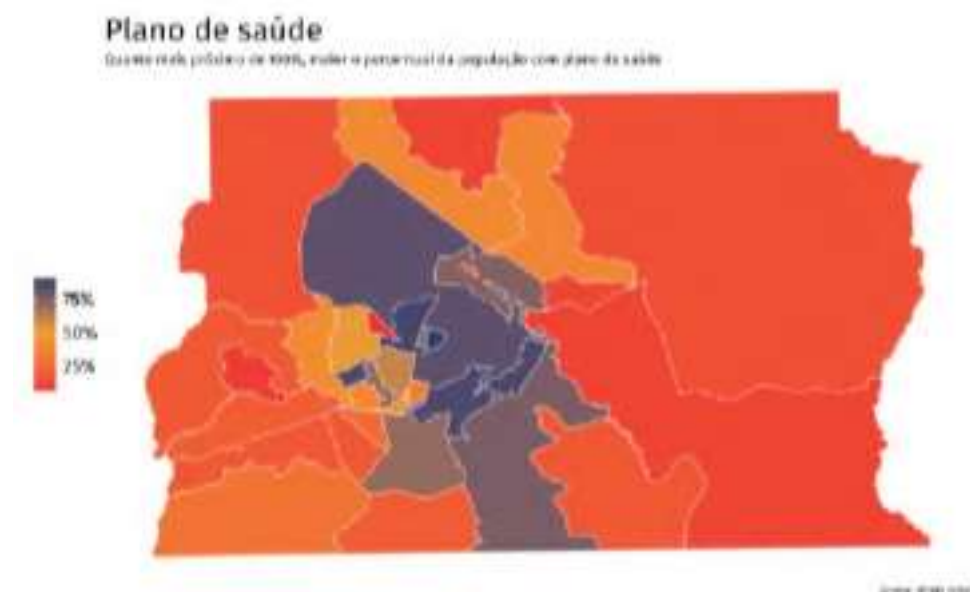
b) SAÚDE

Nos últimos dezesseis anos, a questão da saúde no Distrito Federal tem sido identificada pela população como o principal problema. A pandemia e a crise econômica só tornaram a situação mais grave e relevante.

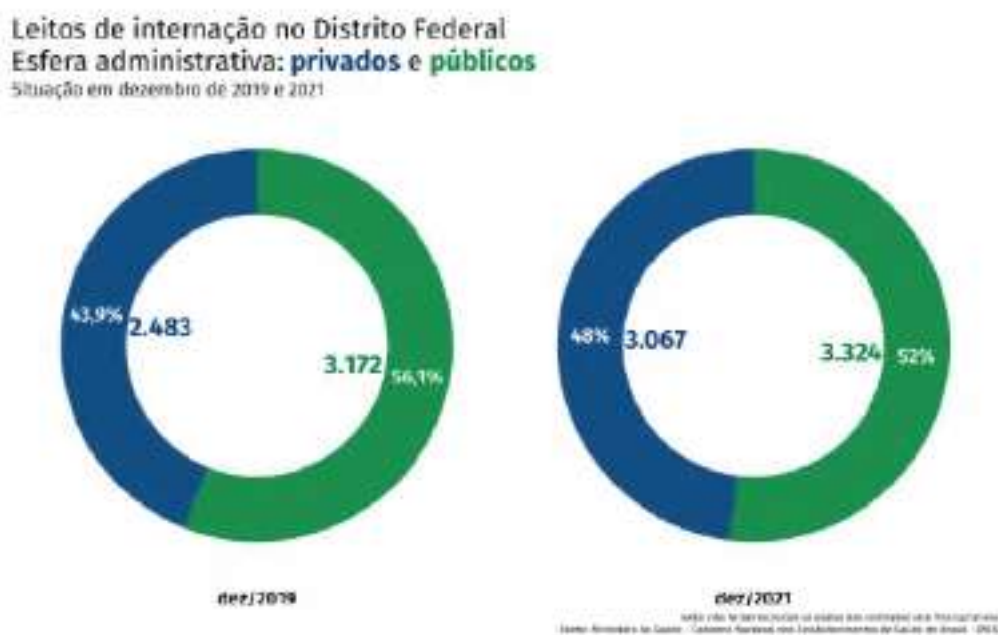
A desigualdade de renda, de oportunidades e de acesso aos serviços de saúde se refletem de forma expressiva na expectativa e qualidade de vida.



A dependência do cidadão por serviços de saúde pública também tem características geográficas bem marcantes, o que torna necessária a manutenção de equipamentos públicos nas regiões de maior dependência.



Durante a pandemia, paradoxalmente, houve a expansão mais rápida da rede privada que praticamente igualou o número de leitos aos da rede pública.



Como recomendações apresentadas nos estudos, observamos a necessidade de:

- Rever a cobertura territorial das Unidades Básicas de Saúde em todo o Distrito Federal;



- Ampliar a cobertura das Equipes de Saúde da Família;
- Cadastrar e/ou recadastrar a população na área de abrangência de cada Unidade Básica de Saúde para levantar as características da população e as necessidades de atenção à saúde (gestantes, crianças, idosos, hipertensos, diabéticos, acamados, entre outras situações).

Depois de identificar os desafios enfrentados pelo GDF nos últimos dois anos, podemos apontar algumas recomendações de atuação:

- A pandemia da COVID-19 nos permitiu identificar gargalos no Sistema Único de Saúde (SUS) e buscar estratégias para o enfrentamento de futuras emergências sanitárias. Nesse sentido, é preciso posicionar-se sobre a necessidade de garantir o funcionamento adequado do sistema de saúde em momentos de crise e formas de gestão e alerta;
- É necessário fortalecer a execução das medidas de vigilância epidemiológica para passar pelo avanço de crises sanitárias de maneira mais controlada.

c) DESEMPREGO E EMPREGABILIDADE ENTRE OS JOVENS

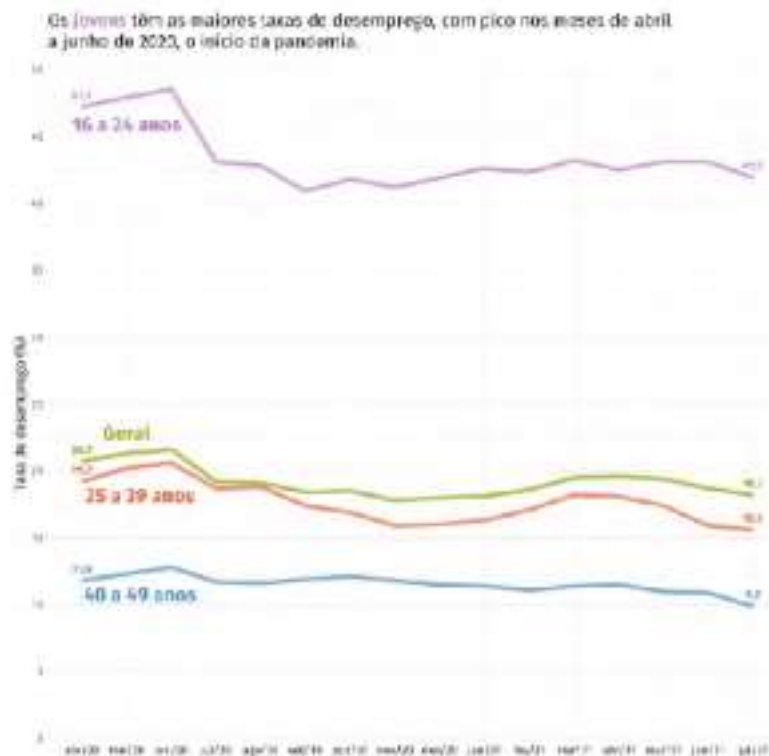
O desemprego entre os jovens é o dobro do desemprego geral do País, sendo também registrado entre os jovens uma grave situação da categoria Nem-Nem - “nem estuda, nem trabalha, que chega a 31,7% entre as mulheres.

O percentual de mulheres que **nem trabalham nem estudam** é maior que o de homens, considerando a faixa etária de 15 a 29 anos.



Elaboração: Projeto Futuro 2040 – 2018.



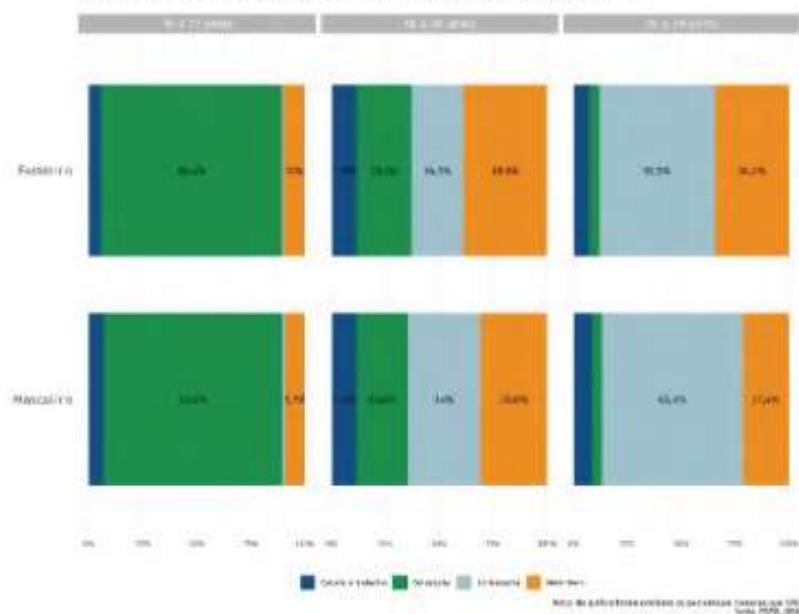


Elaboração: geopna.

Fonte: PTD Distrito Federal, extração em setembro de 2021

Entre os jovens a partir dos 18 anos a situação se agrava e torna necessária a institucionalização de políticas para inserção desses no mercado de trabalho, com geração de incentivos para empresas que os coloquem no mercado, com empregos de qualidade.

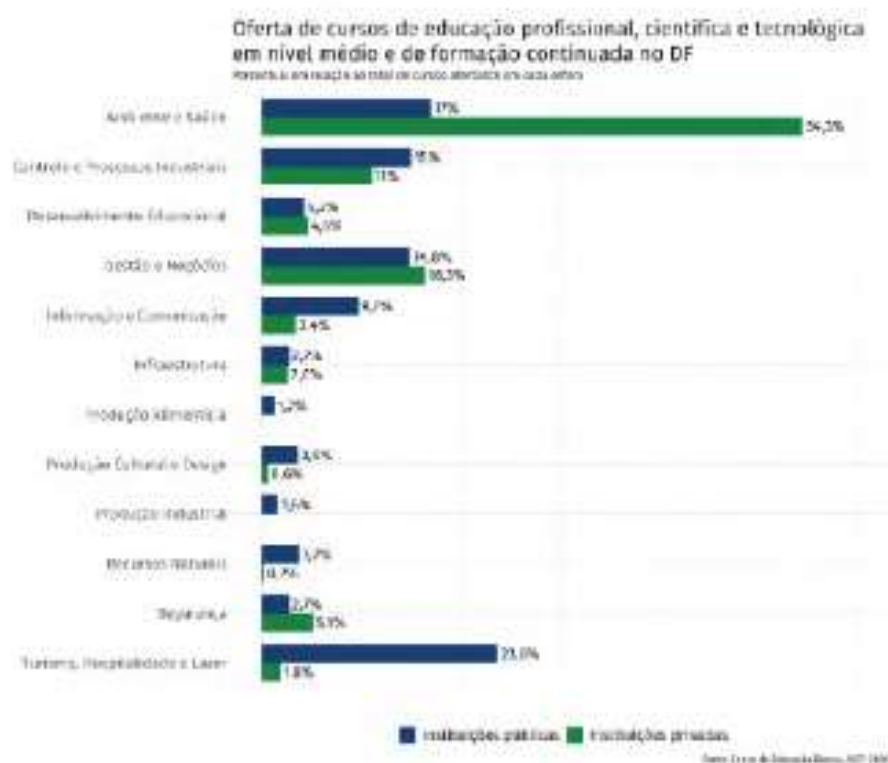
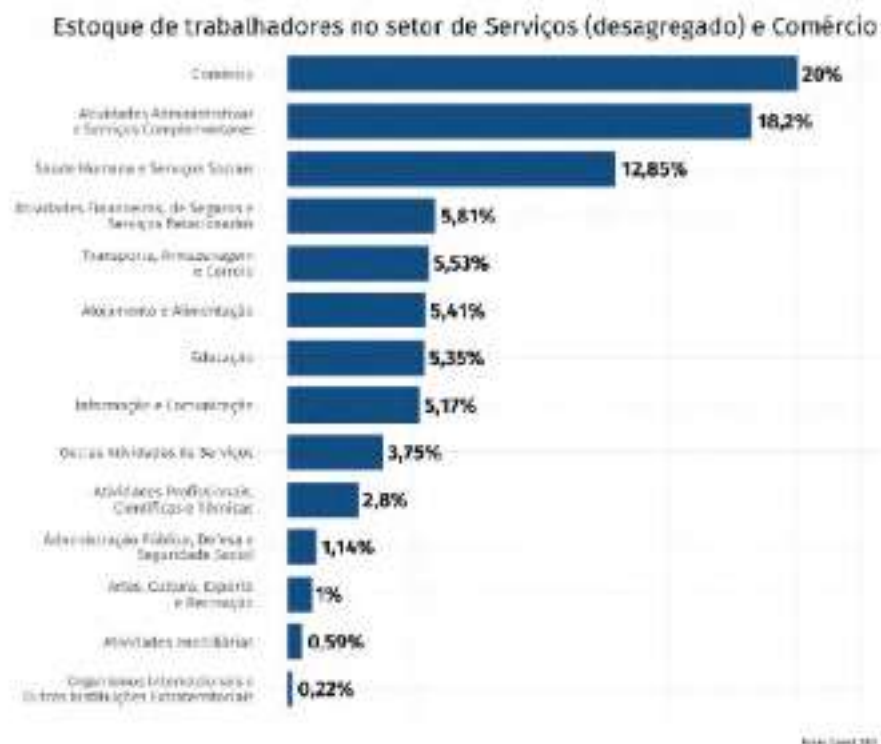
Jovens por sexo, faixa etária e situação de trabalho/estudo



Fonte: PDAD, 2018.

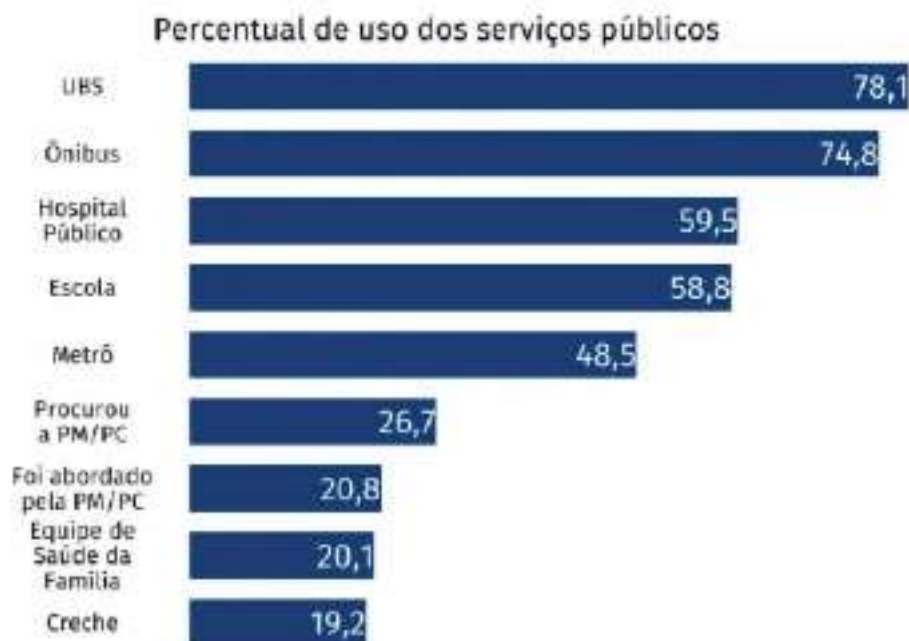


Outra importante questão é o aparente descolamento entre a formação fornecida por sistemas de ensino público e privado e a adequação aos empregos produzidos pelo tecido econômico no Distrito Federal, com produção de um grande estoque de trabalhadores desempregados no setor de serviços.



5) QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

A pesquisa divulgada pela UnB, com mais de 1200 entrevistados em várias regiões do DF e respeito aos cortes de classe, região e renda, mostra que os serviços mais acessados pelos cidadãos do DF são os de saúde e os transportes públicos.



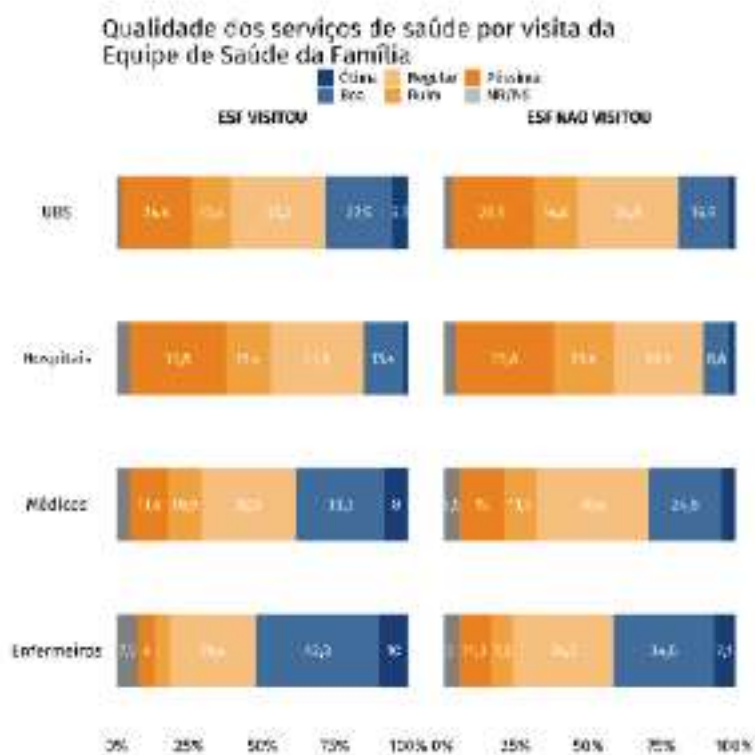
a) SAÚDE

Dentre os serviços de saúde, destacam-se aqueles relacionados com as equipes de saúde da família e que possuem baixa cobertura.

De forma geral, os profissionais de saúde são melhor avaliados do que as unidades de saúde ou o Sistema de Saúde.

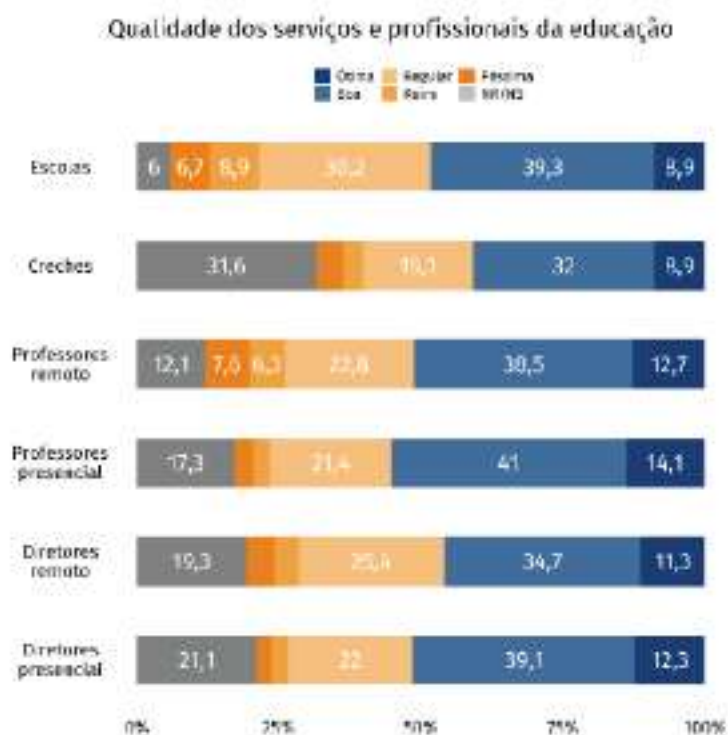


O Sistema de Saúde é melhor avaliado pelos que têm cobertura das equipes do Programa Saúde da Família (PSF) e são cobertos pelo ciclo completo.



b) EDUCAÇÃO

A escola pública é relativamente bem avaliada e as avaliações de 'bom' e ótimo; ficam entre 50% e 60%. As avaliações 'ruim' e 'pésimo' ficam entre 10% e 15%.



A escola pública é melhor avaliada por quem a frequentou e chega a quase 55%, contra 40% dos que não a frequentaram.

Qualidade	Frequentou escola pública	
	Sim	Não
Ótima	62 (10,5%)	27 (6,6%)
Boa	254 (43,2%)	139 (33,7%)
Regular	173 (29,4%)	129 (31,5%)
Ruim	44 (7,5%)	45 (10,9%)
Péssima	15 (6,0%)	12 (7,8%)
NS/NR	10 (3,4%)	40 (9,7%)
Total	588 (100,0%)	412 (100,0%)

Fonte: pesquisa do ObservaDF – Qualidade dos Serviços Públicos

As creches, apesar da baixa cobertura, são muito bem avaliadas por quem as utiliza e foram avaliadas como boas ou ótimas por mais de 72% dos respondentes.

Qualidade	Manteve criança em creche pública		
	Sim	Não	NS/NR
Ótima	37 (19,3%)	52 (6,5%)	0 (0,0%)
Boa	100 (52,1%)	220 (27,4%)	0 (0,0%)
Regular	29 (15,1%)	161 (20,0%)	1 (20,0%)
Ruim	4 (2,1%)	33 (4,1%)	0 (0,0%)
Péssima	5 (2,6%)	42 (5,2%)	0 (0,0%)
NS/NR	17 (8,9%)	295 (36,7%)	4 (80,0%)
Total	192 (100,0%)	803 (100,0%)	5 (100,0%)

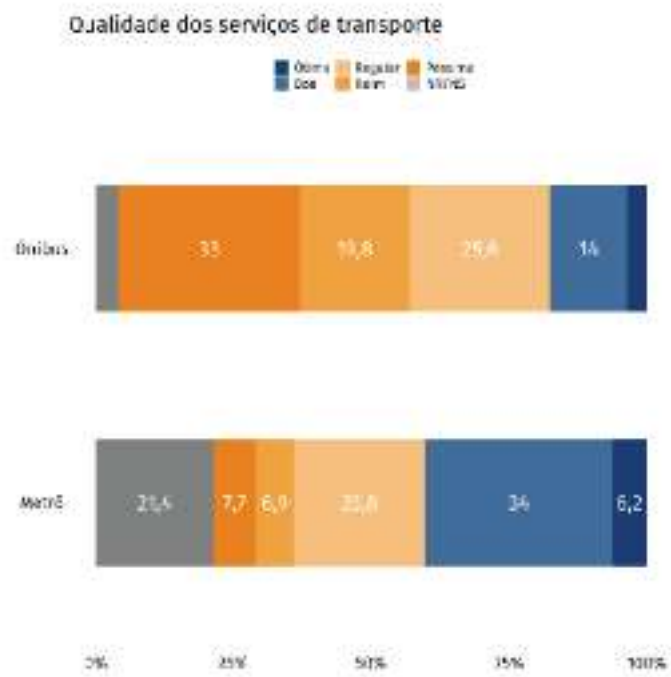
Fonte: pesquisa do ObservaDF – Qualidade dos Serviços Públicos

c) MOBILIDADE

O serviço público com pior avaliação é a mobilidade por meio de ônibus, que recebeu 54% de avaliações como ruim e péssimo.

O metrô é melhor avaliado e sua categorização como ‘bom’ e ‘ótimo’ supera o índice de 40% e ‘ruim’ e ‘péssimo’ se aproxima dos 15%.





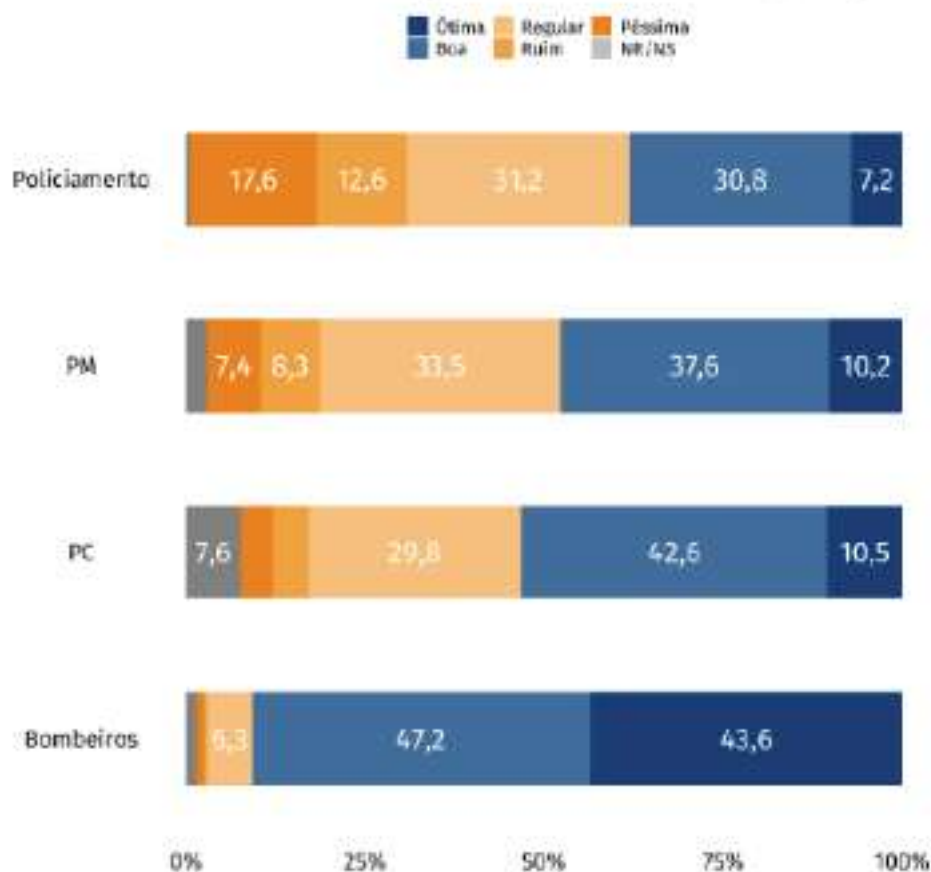
d) SEGURANÇA

De acordo com a pesquisa, o Sistema de Policiamento e Segurança Pública do Distrito Federal foi avaliado em 30% 'ruim' ou 'péssimo', 31% 'regular' e 38% 'ótimo' ou 'bom para o policiamento'.

Ao analisar cada corporação, observa-se que os bombeiros possuem uma avaliação de 91% 'ótimo' e 'bom'; a Polícia civil um pouco mais de 50%; e a Polícia Militar um pouco menos de 50%.



Qualidade dos serviços e profissionais de segurança



A avaliação fica menor entre os que precisaram acessar efetivamente os serviços das polícias e diminui, ainda mais, entre aqueles que foram efetivamente abordados por elas.

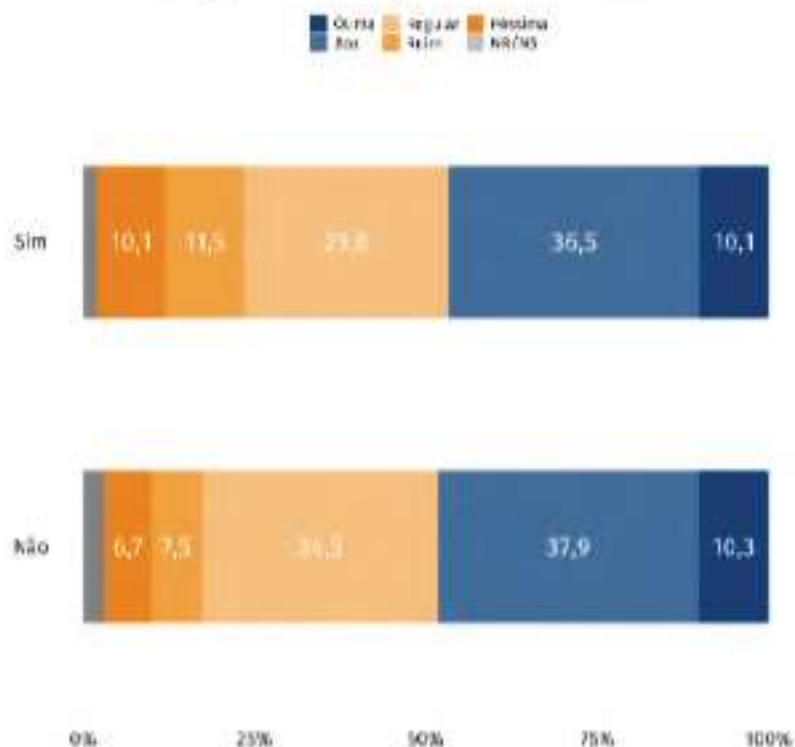
Pensar pela PM/PC e qualidade do trabalho da PM



Fonte: pesquisa do CIES e IBR - Qualidade dos Serviços - 2016

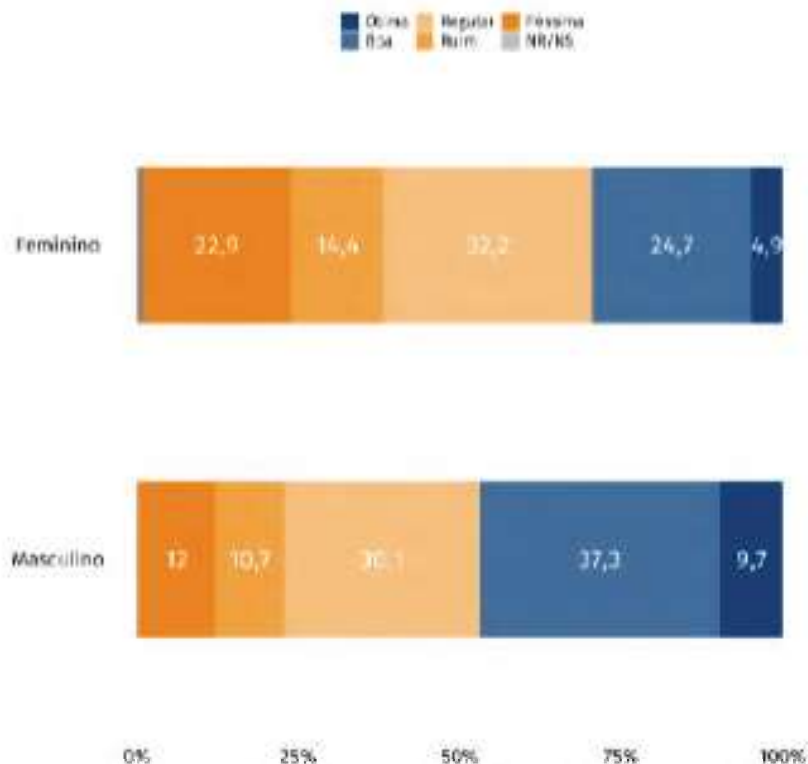


Foi abordado pela PM/PC e qualidade do trabalho da PM

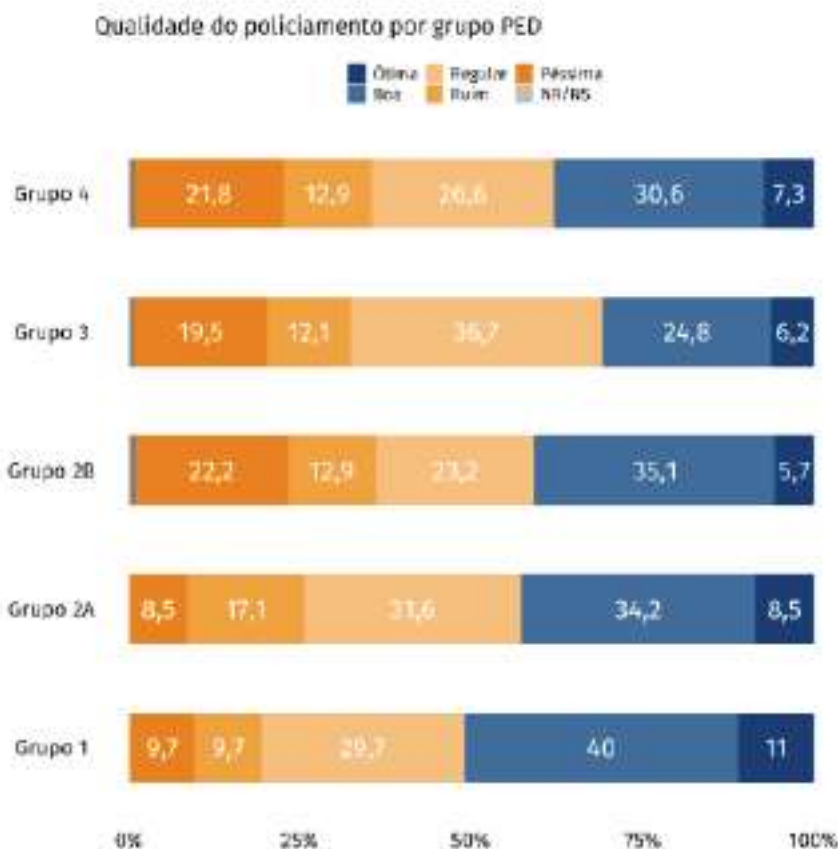


Ao realizarmos o corte de gênero, as mulheres consideram piores os serviços de segurança e de policiamento e representam expressivos índices de percepção negativa (superior a 10% em relação ao sexo masculino)

Qualidade do policiamento por sexo



As classes sociais mais baixas têm uma avaliação pior dos serviços de segurança.



e) TENTATIVAS DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES SOBRE SERVIÇOS PÚBLICOS

Os resultados das pesquisas de qualidade dos serviços públicos indicam:

- Os ônibus e hospitais públicos são os piores avaliados pela população;
- Servidores públicos são mais bem avaliados que as instituições nas quais trabalham;
- As avaliações do Programa Saúde da Família são muito boas e ter sido visitado por uma equipe do PSF altera a percepção geral sobre os diversos elementos que compõem o SUS;
- Contudo, a cobertura do PSF é baixa no DF;
- Creches e escolas públicas são bem avaliadas;
- Usuários das creches e escolas públicas avaliam ainda melhor esses serviços;
- Mulheres são bem mais críticas em relação aos serviços de policiamento que homens;



- Pessoas que moram em cidades com renda mais baixa são bem mais críticas ao policiamento que as que moram em cidades com renda mais alta. Os dados apontam para a insuficiência de cobertura de dois serviços públicos que são bem avaliados: creches e o Programa Saúde da Família. Sua ampliação levará a uma melhor prestação de serviços.

PROGRAMAS E PROJETOS

1) Construção da Educação de Qualidade (ODS 4):



A ideia de um desenvolvimento amplo só é possível se as crianças tiverem oportunidades justas e minimamente isonômicas. A oferta dessas oportunidades começa pela construção de uma educação pública de qualidade, que permita o acesso a condições melhores na busca de empregos e no exercício pleno das capacidades, que representam o fundamento tanto para uma sociedade justa quanto para a busca do desenvolvimento econômico realmente sustentável.

O Distrito Federal possui uma rede escolar pública consolidada, base territorial com pequena complexidade, os melhores salários do País e a manutenção de avaliações consideradas intermediárias nas várias provas e avaliações de sistemas educacionais.



1.1) EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO

1.1.1) Ações Emergenciais de Reforço Escolar:

- a) Construção de redes de apoio aos alunos, com aulas de reforço e monitorias, contratação de professores temporários e coordenação das regionais de ensino;
- b) Produção de conteúdos de apoio em plataformas de educação à distância;
- c) Promoção do acesso aos meios informacionais e de educação à distância aos alunos e professores;
- d) Estabelecimento de interfaces para buscar retomar os alunos que abandonaram os estudos durante a pandemia;
- e) Criação ou disponibilização de cursos profissionalizantes atrelados ao ensino regular no ensino médio e pagamento de auxílios/ fornecimento de estágios;
- f) Ampliação da jornada escolar para sete horas, em especial para as últimas séries do ensino fundamental e do ensino médio. Deveriam ter todos a ampliação para a jornada de sete horas, com possibilidade de opções de áreas de estudo diferentes para os estudantes;
- g) Qualificação e valorização dos cursos noturnos, com criação de alternativas de projetos adaptados para a realidade dos alunos desse período, com destaque para ampliação dos cursos profissionalizantes no período noturno;
- h) Ampliação e reforço do número de monitores para os alunos com deficiências e necessidades especiais;
- i) Reforço de segurança com o Batalhão Escolar e contratação de segurança/ monitoramento (noturno) e porteiros para as escolas.

1.1.2) Manutenção e ampliação da Rede Física e Atividades de Apoio à Educação:

- a) Construção das unidades e equipamentos educacionais faltantes nas áreas de expansão (análise da necessidade de unidades em regiões consolidadas);
- b) Elaboração de Contrato de Manutenção para realização de pequenas obras;
- c) Construção de quatro escolas técnicas e profissionalizantes, com foco nas regiões de Santa Maria, Sobradinho, Pôr do Sol/Sol Nascente e São Sebastião/Paranoá;
- d) Valorização na gestão descentralizada e no dinheiro direto na escola Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF);
- e) Fim das escolas de chapas de amianto (escolas de lata) com a construção física de escolas de alvenaria.



1.1.3) Estruturar programa de recuperação e apoio ao combate à evasão escolar:

- a) Criar tutoria e reforço no ambiente escolar para recuperar os estudos nos anos da pandemia;
- b) Criar um programa de recuperação dos alunos que se evadiram do sistema escolar durante a pandemia, com concessão de auxílio ao retorno- incorporando o jovem ao jovem aprendiz;
- c) Criar conteúdo para plataformas de educação à distância e redes, como o YouTube, para reforço escolar.

1.2) DF DESENVOLVER A EDUCAÇÃO

1.2.1) Universalizar a pré-escola:

- a) Ampliação da rede pré-escolar por meio de construção e parcerias na operação das unidades;
- b) Foco no financiamento de construção de pré-escola e concessões para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);
- c) Ampliação da educação infantil para crianças de 3 anos por meio da criação de, no mínimo, 30 mil novas vagas para crianças de 0 a 5 anos;
- d) Ampliação do horário de atendimento até, pelo menos, às 18h;
- e) Estruturar a fiscalização nas Regionais de Ensino;
- f) Criar a possibilidade de contratação de bolsas na rede privada mediante adesão ao Edital.

1.2.2) Desenvolvimento da Educação:

- a) Construção de centro de análise e de desenvolvimento de metodologias e de avaliação da educação adequado à realidade do Distrito Federal (pode ser a Universidade do DF);
- b) Definição dos currículos setorializados de segundo grau a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- c) Promoção da educação integral com programação científica, cultural e esportiva;
- d) Utilização e universalização de metodologias de educação à distância;
- e) Reestruturação do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE), visando introduzir a pesquisa como princípio pedagógico para o desenvolvimento profissional;
- f) Estimulação do trabalho experimental na sala de aula, transformando o professor em um educador pesquisador;
- g) Criação de programa especial de reforço escolar para crianças do 5º ao 9º ano;
- h) Universalização do acesso nas escolas da rede pública às bibliotecas, quadras de esporte e laboratórios de ciências;
- i) Estabelecimento de cursos e/ou programas de especialização para profissionais de educação, como educação e formação continuada dos profissionais (presenciais e à distância, inclusive para programas de especialização e mestrado).



1.2.3) Universidade do Distrito Federal:

- a) Apoio a estruturação da Universidade;
- b) Inserção da Universidade como nó central da rede de Ciência e Tecnologia (C&T) no DF;
- c) Aprovação e estruturação dos cursos focados nas necessidades das cadeias produtivas locais.

1.2.4) Valorização dos professores e profissionais da educação:

- a) Programa de Qualidade de Vida para os professores e profissionais da educação;
- b) Formação continuada além da titulação acadêmica;
- c) Valorização remuneratória dos profissionais da educação – carreira assistência – buscando a equiparação salarial à da carreira “Políticas Públicas de Gestão Governamental do Distrito Federal”;
- d) Aumento no valor das funções gratificadas para Diretor e Vice-Diretor, Chefes de Secretarias e Supervisores das Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do DF e da gratificação dos titulares das Coordenações Regionais de Ensino;
- e) Redução Gradativa da Carga-Horária em sala de aula do Professor, tendo por meta 60% da carga-horária total, para melhor preparação de aulas e inclusão de horários de permanência e apoio aos alunos;
- f) 14º salário com atingimento de metas de avaliação;
- g) Valorização dos profissionais de Apoio à Educação.

1.3) UMA ESCOLA PARA A SOCIEDADE

1.3.1) Comunidade na Escola, uma escola para todos:

- a) A Escola ser colocada como centro de Cultura, Esporte e Lazer para a Comunidade;
- b) A Escola como importância para educação para saúde, instituição de programas de saúde nas escolas;
- c) Campanha permanente pelos Direitos Humanos e contra o racismo, a lgbtfobia, o machismo, a violência, o bullying e a intolerância no espaço escolar;
- d) Cuidado permanente com relação a saúde mental e a possíveis casos de suicídio;
- e) Ampliação da acessibilidade nas escolas e nos banheiros para portadores de deficiência;
- f) Fortalecimento do Programa Saúde nas Escolas, com o objetivo de se transformar em uma ferramenta de prevenção e saúde da comunidade escolar;
- g) Capacitação de profissionais e estruturação de atendimentos especializados para acompanhar a saúde mental de crianças e adolescentes.



1.3.2) Escola como construção da cidadania e participação:

- a) Concurso de Projetos de Melhoria na Escola - apoio financeiro a projetos desenvolvidos por alunos nas unidades escolares da Rede Pública (Fortalecimento dos Diretórios Acadêmicos);
- b) Projeto Cidadão de Olho no Recurso Público;
- c) Jogos Estudantis de Brasília;
- d) Festival de Cultura das Escolas Públicas (Música e Teatro).

2) Busca da Saúde e Bem-Estar (ODS-03)



A questão da Saúde é percebida pela população como o problema mais grave no Distrito Federal há mais de uma década. Com o agravamento da crise econômica que nos assola há oito anos e com a pandemia, essa situação ficou cada vez mais clara para os cidadãos.

A rede física, apesar de não ser pequena, está envelhecida e os modelos de gestão estão no limite de exaustão, quer pelo subfinanciamento, quer por questões graves de má gestão e falta de controle.

2.1) SAÚDE DF: EMERGÊNCIA EM SAÚDE

2.1.1) Fortalecimento da atenção básica de saúde e da vigilância epidemiológica;

- a) Estruturação e recompletamento das equipes de saúde da família para que atinjam, pelo menos, 80% da população;
- b) Estruturação da atenção básica como sistema “CENTRO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM SAÚDE”; estruturar o programa “FARMÁCIAS VIVAS” para integrar a farmácia; estruturar o Programa “ESCOLA PROMOTORA DE SAÚDE”, para integração das escolas públicas com a atenção básica;
- c) Estruturação e recompletamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS), com prioridade para as zonas de expansão urbana;
- d) Fortalecer a Rede Básica - Atenção Primária à Saúde / APS - com ampliação das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e massificação da Presença dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) -100% nas 33 RAs.

2.1.2) Programa de recuperação da rede física da Saúde

- a) Criar estruturas de manutenção da rede física com contratos de manutenção licitados e definidos por tipos de serviço;
- b) Firmar os contratos de manutenção para os equipamentos principais da rede hospitalar;
- c) Recuperação emergencial do Hospital de Planaltina.



2.1.3) Emergência no Atendimento:

- a) Promoção de mutirões de cirurgia e atendimento;
- b) Contratação de leitos especializados.

2.1.4) Alteração da forma de aquisição de medicamentos de alto custo e o acesso dos cidadãos a esses recursos

Utilização de estruturas de compras com os Estados (Consórcio Brasil Central) e Organismos Internacionais para compras de medicamentos de alto custo e alta complexidade.

Uso de mecanismos informatizados para acesso, entrega e controle de medicamentos.

2.1.5) Auditoria dos contratos e melhoria no processo de gestão de materiais e estoques.

2.2) SAÚDE DF: PREVENÇÃO E PLANEJAMENTO

2.2.1) Estruturar, consolidar e ampliar o uso da Sala de Situação da Secretaria de Saúde do DF, para mostrar quesitos qualitativos como tempo de espera e filas de cirurgias, transformando-as em instrumento de transparência para o cidadão e de gestão para os níveis decisórios;

2.2.2) Fórum permanente e construção da rede de saúde com a Ride (negociações para construção de consórcios);

2.2.3) Avaliação da situação do IGES para saneamento das contas, se necessário, extinção ou alteração do modelo de gestão (Fundação ou Criação de Empresa Pública);

2.2.4) Fortalecimento das estruturas de planejamento de compras e desenvolvimento de projetos.

2.3) SAÚDE DF: AMPLIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA SAÚDE

2.3.1) Fortalecimento da Estrutura Física da Rede de Saúde;

a) Construção do Hospital do Câncer;

Existe emenda parlamentar para iniciar a construção da obra. É possível realizá-la com recursos federais, sendo necessário o aporte do Distrito Federal para equipar e dotar de pessoal de bata branca e azul;

b) Hospital do Guará (Regional Centro-Sul);

A estrutura física do Hospital Regional do Guará está esgotada. A Região de Águas Claras não possui hospital público e é atendida por parceria com hospital privado ou pelo HRT, o que demonstra a necessidade da construção de uma unidade que apoie a região;

c) Hospital do Pôr do Sol;

A região do Pôr do Sol e Sol Nascente possui só uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e sobrecarrega o Hospital Regional da Ceilândia, com população de aproximadamente 100 mil habitantes em áreas majoritariamente irregulares;



d) Hospital de São Sebastião;

A região de São Sebastião, com mais de 95 mil habitantes, só é atendida por uma UPA. Ainda não há projetos e essa será prioridade do governo;

e) Recuperação e Ampliação do Hospital de Apoio de Brasília;

Para reabilitação de pacientes com traumas, paralisias, Acidente Vascular Cerebral (AVC) e outras patologias que necessitam de fisioterapias;

f) Viabilizar estrutura para implementar o Hospital Geriátrico do Distrito Federal.

g) Redefinir o perfil dos Hospitais para atender às principais demandas/necessidades da população.

2.3.2) Criação do Programa Medicamento Garantido

Visa complementar a disponibilização de medicamentos especiais por meio de parceria com farmácias e drogarias da rede privada e em casos de desabastecimento da Rede Pública.

2.3.3) Investir nos processos formativos das trabalhadoras - trabalhadores do SUS, com projeto de educação permanente- em toda REDE do SUS-DF, e instituição de uma mesa permanente de diálogos/negociações.

2.3.4) Ampliar as casas de partos nas cidades - vinculadas à Rede básica/ESF/ACS/ comunidades

2.4) SAÚDE DF: GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA

2.4.1) Estruturação e Integração do SUS no Distrito Federal:

a) Estruturar a Rede do SUS- REDES INTEGRADAS;

b) Integrar os serviços das UPAS- NASF, CAPS, SAMU aos hospitais - remodelando a CENTRAL DE REGULAÇÃO;

c) Prover a Rede Integradas de atenção integral à saúde - desde os ACS/ESF/UPAS, NASF, Hospitais- com os instrumentos/equipamentos/medicamentos e outros insumos estratégicos;

d) Implantação dos Conselhos Distritais de Saúde.

2.4.2) Melhoria da Governança do SUS no DF:

a) Fortalecer a gestão do SUS - com escolhas dos dirigentes por seus PARES;

b) Investir na formação, infraestrutura e valorização do Conselho Distrital de Saúde- fortalecimento do controle social no SUS;

2.4.3) Informatização da rede de prontuários, estoques e contatos com os pacientes e marcação de consultas; Sistemas informatizados facilitam a gestão, promovem a transparência e reforçam o controle da utilização de materiais e patrimônio e a alocação de pessoal;

2.4.4) Estruturação do centro de custo de aquisição de insumo e qualidade no atendimento.



3) Desenvolvimento Econômico, Trabalho, redução da desigualdade e erradicação da pobreza (ODS- 1, 8, 9 e 10)



Entendemos que a redução da desigualdade e a erradicação da pobreza só ocorrerá efetivamente a partir da valorização do trabalho e por meio do desenvolvimento econômico sustentável e comprometido com a Sociedade e com o País.

O Distrito Federal possui algumas situações bastante específicas que oferecem potencialidades a serem exploradas: a inserção geográfica em uma região de dinâmica econômica do agronegócio; por ser a capital do País e sede da União, hospeda uma grande máquina burocrática e com capilaridade para todo o País; renda média elevada, com envelhecimento e longevidade da população; posição central na América do Sul; hub aeroportuário no País; e boa rede de educação superior. Nesse sentido, além do Serviço Público e as atividades deles decorrentes, vemos as seguintes potencialidades imediatas:

- a) Prestação de serviços, desenvolvimento de tecnologias e insumos para a agricultura;
- b) Desenvolvimento de tecnologias e soluções para a administração pública;
- c) Economia do Cuidado e complexo da saúde;
- d) Economia Criativa (cultura, turismo e esporte);
- e) Desenvolvimento de hub hospitalar no centro geográfico da América do Sul;
- f) Apoio ao desenvolvimento da economia verde.

3.1) BRASÍLIA ECONOMIA INTELIGENTE

3.1.1) Fortalecimento da Estrutura do Ecossistema Tecnológico

- a) Estruturação de Corredores/Pólos tecnológicos em integração com o Parque Tecnológico de Brasília (Biotic) e desenvolvimento do ecossistema de startups (W3 Sul e Centro de Taguatinga);
- b) Trazer uma instituição internacional de ensino para junto do Biotic.

3.1.2) Apoio à Economia Criativa

- a) Apoio à produção de serviços/indústria de: mídias, games e criações funcionais dentro do sistema econômico do DF;
- b) Apoio à integração de faculdades, incubadoras e aceleradoras públicas e privadas com o processo produtivo de inovação;
- c) Apoio à profissionalização de estruturas produtivas da cultura, esporte e lazer.



3.1.3) A Nova Economia Verde

- a) Apoio creditício para transição energética e autogeração;
- b) Captação de empresas “verdes” nos pólos industriais e tecnológicos do Distrito Federal;
- c) Incentivo à instalação de parques fotovoltaicos e eólicos;
- d) Criação de incentivos à implantação de telhados verdes;

3.1.4) Brasília de todas as Culturas

- a) Compromisso com o cumprimento da Lei Orgânica da Cultura (LOC), principalmente no que se refere ao Fundo de Apoio à Cultura (FAC) regionalizado e com os editais anualizados pagos desde o primeiro ano de governo;
- b) Recuperação dos equipamentos de cultura nas cidades, priorizando o Teatro Nacional Cláudio Santoro, a expansão do Centro Cultural da Ceilândia e a recuperação do Cine Itapuã (Gama);
- c) Implantação do Parque Audiovisual e ampliação do objeto de atuação para produção de games;
- d) Construção de mais 2 CEU das Artes (Santa Maria e Sobradinho) e do Centro Cultural da Ceilândia;
- e) Festivais de Cinema e Artes na Rede Pública de Educação;
- f) Constituição das Fundações de Artes e Patrimônio;
- g) Elaboração de mecanismos de financiamento para a manutenção do patrimônio cultural das Cidades.

3.1.5) A Capital de Todos os Brasileiros - Turismo

- a) Integração entre os turismos cívico, ecológico/rural e de negócios, criando roteiros de 3 a 5 dias;
- b) Apoio à recuperação de equipamentos públicos e privado turísticos, de cultura e lazer;
- c) Apoio à implementação de equipamentos privados de turismo/lazer/cultura (parques/aquários/teatros);
- d) Aproveitar o aeroporto (que já é hub aéreo) por meio da tributação sobre o Querosene de Aviação (QAv), para estimular as empresas aéreas a possibilitarem a abertura de passagens com, pelo menos, 2 pernoites em Brasília;
- e) Recuperar os parques públicos de exposição.

3.1.6) Agricultura Inteligente

- a) Apoio à produção de frutas e hortaliças para abastecimento dos centros urbanos locais e como forma de proteção de mananciais;
- b) Apoio à constituição de cooperativas de produção;
- c) Constituição com o Banco de Brasília (BRB) como agente financeiro preferencial, de fundo garantidor para crédito rural;
- d) Lançamento de títulos para financiamento de micro agricultura e cooperativas com produção agroecológica, tendo o BRB como agente financeiro;



- d) BRB participante em disputas, como agente financeiro para crédito rural;
- e) Regularização dos módulos agrários tradicionais como forma de combate à grilagem;
- f) Criação de programa habitacional para o campo.

3.2) BRASÍLIA ECONOMIA DO CUIDADO

3.2.1) Estruturação da cidade da saúde, com facilidade de acesso ao aeroporto;

- a) Trazer para o Distrito Federal os serviços necessários para que se torne o principal hub de saúde da região, centro norte do País;
- b) Inserir o Distrito Federal no Complexo Industrial da Saúde.

3.2.2) Construção de uma cidade com foco na habitação popular;

- a) Compromisso com a redução de 50% do déficit habitacional no DF (70.000 unidades)
- b) Integração da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (TERRACAP) e Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB) para construir o projeto com potencial para 40 mil unidades habitacionais;
- c) Elaboração de programa de subvenção social para habitação popular, que possa trabalhar com a autoconstrução e com o ecossistema da construção civil para a edificação de 30.000 unidades;
- d) Aprimoramento na assistência técnica para melhorias habitacionais da população de baixa renda.

3.2.3) Apoio à Economia da Saúde e do Cuidado

- a) Financiamento para empresas que tratam da Saúde e do cuidado de idosos;
- b) Apoio à instalação da Cidade da Saúde e do pólo industrial da economia da saúde;

3.3) DF CRÉDITO PARA DESENVOLVIMENTO

3.3.1) Melhoria do ambiente de financiamento para investimento;

- a) Criar uma agência de desenvolvimento, como subsidiária do BRB, para agir como Banco de Desenvolvimento;
- b) Apoiar a criação de fundos garantidores;
- c) Ampliar serviços empresariais do Na Hora em integração com a junta comercial;
- d) Estruturar e Operacionalizar o “Na Hora Digital”.

3.3.2) Apoio à recuperação de crédito

- a) Constituição de Fundo Especial de Recuperação do Crédito Popular para compra e refinanciamento de dívidas;
- b) Apoiar as cooperativas de crédito e os bancos populares existentes;
- c) Apoiar ou estruturar um banco popular;
- d) Elaboração de maratonas de conciliação;
- e) Apoio à elaboração de programas de Educação Financeira.



3.4) DF AMIGO DO EMPREENDEDOR

3.4.1) Avanço na complexidade econômica nas cadeias produtivas estruturadas no território:

- a) Levantamento das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos instalados no Distrito Federal;
- b) Estruturação de políticas de crédito e compras públicas para fortalecimento dessas cadeias produtivas.

3.4.2) Desenvolvimento do Emprego

- a) Programa de apoio à profissionalização e ao emprego;
- b) Parcerias com as Escolas Técnicas e cursos de Formação Profissional e Estruturação de Escolas Técnicas (dentre elas a do Turismo);
- c) Apoio às atividades econômicas que geram e mantêm empregos com programas de primeiro emprego e apoio ao emprego de maiores de 50 anos;
- d) Elaboração do serviço civil voluntário, em apoio às atividades de educação e assistência social.

3.4.3) SIMPLIFICA DF

- a) Digitalização e simplificação dos atendimentos às empresas (avanço do Na Hora Empresarial);
- b) Simplificação no processo do crédito;
- c) Simplificação dos projetos de apoio ao desenvolvimento;
- d) Criação das comissões de desburocratização para simplificação das normas.

4) Serviço Público Eficiente - Segurança com Cidadania (ODS-16)



4.1) DF- SEGURANÇA COM CIDADANIA

4.1.1) PREVENÇÃO COMO POLÍTICA DE SEGURANÇA: FOCO NA SEGURANÇA COM CIDADANIA

- Coordenação e integração entre as áreas de segurança, a área de infraestrutura e as políticas sociais do GDF;
- Criação e estruturação de quadro efetivo da Secretaria de Estado da Segurança Pública, voltada à estruturação do sistema preventivo de segurança e defesa civil da cidade-Estado;



- Inteligência, novas tecnologias, conhecimento, informação de qualidade, pesquisa de vitimização, advocacy para produção das estratégias nos territórios vulneráveis;
- Planejamento participativo em segurança pública nos territórios vulneráveis com controle social das instituições de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito pelos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG's) como instância consultiva e deliberativa;
- Protocolos de Planos Táticos Integrados de Repressão Qualificada regionalizados no Distrito Federal e na RIDE, validados conjuntamente pelos órgãos de administração da justiça criminal, da segurança pública e administração penitenciária, sob coordenação geral da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF);
- Debate público sobre alteração legislativa federal voltada à estruturação da polícia do ciclo completo;
- Campanhas massivas de entrega voluntária de armas de fogo e munições;
- Fortalecimento dos órgãos do sistema de segurança pública e trânsito para melhoria da segurança nas escolas, intensificando o policiamento preventivo comunitário nas proximidades das escolas e percepção de risco de toda a comunidade escolar;
- Fortalecimento dos órgãos do sistema de segurança pública e trânsito para melhoria da segurança rural, proteção ambiental de parques do DF e a prevenção de incêndios no cerrado;
- Criação de mecanismos de mediação e resolução pacífica de conflitos;
- Desenvolver iniciativas para evitar a reincidência e a repetição da vitimização, pela reinserção social ou pela oferta de tratamento médico à vítima, quando pertinente, aos profissionais da Segurança Pública, da Defesa Civil e do Trânsito;
- Instituição de programas voltados ao controle de fatores de risco, como uso abusivo de álcool e outras drogas aos usuários, em conjunto com a Secretária de Saúde do DF e, quando pertinente, aos profissionais da Segurança Pública, da Defesa Civil e do Trânsito.

4.1.2) JUVENTUDE VIVA: REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE JUVENIL, SEJA COMO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, SEJA COM ENVOLVIMENTO OU MAIOR RISCO DE ENVOLVIMENTO EM GANGUES E ATIVIDADES CRIMINOSAS

- Criar alternativas econômicas e sociais para evitar o engajamento de jovens egressos em dinâmicas do crime à força por facções criminosas que dominam os sistemas prisional e socioeducativo;
- Programa voltado para juventude e direito à cidade com políticas de incentivo ao 1º. emprego em todas as classes, gênero, raça e território do DF.

4.1.3) PREVENÇÃO E CONTROLE DA VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS, MULHERES E A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

- Estratégias e ações voltadas à prevenção do feminicídio;
- Capacitação de servidores do sistema de segurança pública para atendimento humanizado, condução da ocorrência e encaminhamentos das meninas, mulheres e da população LGBTQIAPN+ em situação de violência;
- Reformulação de postos de atendimento para evitar a revitimização da mulher;
- Integração com políticas de saúde e educação para identificação e enfrentamento da violência contra mulher, crianças e população LGBTQIAPN+.



4.1.4) MAPA DA VIOLÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL E AS NOVAS TECNOLOGIAS EM APOIO À SEGURANÇA

- Monitoramento integral das violências e crimes no Distrito Federal com controle da criminalidade e prontidão de resposta pelos profissionais da Segurança Pública, da Defesa Civil e do Trânsito;
- Redução dos homicídios para taxa inferior a 10/100 mil habitantes no Distrito Federal;
- Redução dos crimes violentos, letais, intencionais contra a vida e dos crimes contra o patrimônio;
- Implantar o planejamento participativo da segurança pública.
- Assegurar a participação das instituições e dos profissionais de segurança na formulação de políticas públicas pertinentes a sua área de atuação;
- Integração das soluções e tecnologias de monitoramento a sistemas de outros órgãos do Distrito Federal ou da esfera federal.
- Emprego de ferramentas de data science e modelos estatísticos para auxiliar as decisões gerenciais e permitir a alocação mais eficiente dos recursos nas áreas onde houver maior necessidade de atuação das forças de segurança.

4.1.5) MODERNIZAÇÃO PERMANENTE DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Adquirir equipamentos de proteção individual com tecnologia adequada e suficientes que respeitem as diferenças de gênero e compleição física, garantindo a reposição periódica;
- Buscar aquisição dos equipamentos mais modernos e eficazes do mundo nas áreas de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito;
- Investimento em tecnologias de monitoramento modernas, particularmente sistemas de videomonitoramento com capacidades de reconhecimento facial e de placas veiculares que permitam acompanhamento contínuo, acionamento e atuação rápida das forças de segurança.

4.2) VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL E DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA

4.2.1) VALORIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

- Política de reposição salarial, fluxo de carreira e recompletamento dos efetivos dos órgãos de segurança, da defesa civil e do trânsito;
- Direitos humanos dos trabalhadores da segurança, da defesa civil, do trânsito e da administração penitenciária;
- Garantir o direito à diversidade dentro das instituições de segurança pública, da defesa civil e de trânsito, adotando medidas concretas para antirracismo, homofobia, à discriminação de gênero e ao assédio sexual e moral;
- Implantar programa de Educação para Cidadania para os profissionais da segurança pública, da defesa civil, do trânsito e da administração penitenciária;
- Assegurar a participação das instituições e dos profissionais de segurança na formulação de políticas públicas pertinentes a sua área de atuação;
- Implantar programas de prevenção ao suicídio e garantir o acesso dos profissionais de segurança ao atendimento independente e especializado em saúde mental;
- Disponibilizar programas de formação continuada desenvolvidos em parcerias com universidades públicas, escolas de governo e organizações internacionais de segurança.



4.2.2) VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA

- Aperfeiçoamento da ferramenta de Gestão do DHL (dia/hora/local) das ocorrências da Polícia Militar do Distrito Federal para definição do Planejamento Tático e Operacional;
- Revisão do Protocolo Operacional Padrão para abordagens de adolescentes e jovens;
- Fortalecimento, modernização e reestruturação das atividades dos praças;
- Redução das áreas de risco e vulneráveis no Distrito Federal;
- Percepção de risco da população do Distrito Federal;
- Implementação de ferramenta de Gestão de desastres para todo o Distrito Federal, envolvendo todos os órgãos governamentais e não governamentais;
- Implantação de conselhos de defesa civil regionalizados voltados para a área de prevenção e resposta aos desastres, com o estabelecimento da capacitação de agentes comunitários de defesa civil;
- Aperfeiçoamento de ferramenta de gestão voltada à investigação contra crimes patrimoniais em todo o Distrito Federal;
- Reestruturação da área de crimes contra Administração Pública da Polícia Civil do Distrito Federal;
- Fortalecimento, modernização e estruturação da atividade pericial;
- Atualização dos protocolos das ações integradas de Segurança e Trânsito do Distrito Federal;
- Integração das ações do Departamento de Trânsito do Distrito Federal com as propostas do Governo do Distrito Federal;
- Ampliação das faixas para o trânsito seguro do pedestre;
- Sinalização das ciclovias para garantir a mobilidade com segurança em áreas administrativas, comerciais e de lazer em todo Distrito Federal.



4.3) NOVO CICLO DA POLÍTICA PENITENCIÁRIA DISTRITAL

- Direitos Humanos na administração penitenciária: execução penal com cidadania;
- Criação da Escola Penitenciária Distrital voltada à profissionalização da carreira dos serventuários da administração penitenciária e à regulamentação da polícia penal, independente das forças de segurança do DF;
- Implantação de modelo de gestão prisional baseado no trabalho e na educação;
- Implantação da Central Integrada de Alternativas Penais;
- Implantação de programa voltado à pessoa egressa e reestruturação da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP) como Patronato Distrital;
- Adoção de políticas adequadas para mulheres e maternidade no cárcere;
- Programa sobre medidas de segurança voltada às pessoas inimputáveis na forma da lei;
- Programa para execução penal de condenados indígenas;
- Programa intensivo de capacitação continuada para os servidores penais, com a implantação da Escola Penitenciária, com calendário regular de atividades, plano pedagógico e corpo de profissionais próprios;
- Implantação de justiça restaurativa e comunitária;
- Instalação de espaço de espera providos de condições que atendem à dignidade dos visitantes das pessoas presas;
- Ampliação do sistema de videomonitoramento nos estabelecimentos prisionais;
- Defesa do redirecionamento de recursos do Fundo Penitenciário (FUNPEN) para as finalidades deste programa na modalidade fundo a fundo;
- Composição de equipes interdisciplinares para implantação dos programas na Central de Alternativas Penais, na Central de Monitoração Eletrônica, na FUNAP e nos estabelecimentos prisionais.
- Institucionalização de uma política distrital de Medidas e Penas Restritivas de Direitos, com equipes interdisciplinares nas Centrais de Alternativas Penais, na Central de Monitoração Eletrônica, na FUNAP e nos estabelecimentos prisionais.



5) Desenvolvimento social, erradicação da fome (ODS 2, 8 e 10)



O Distrito Federal é uma das regiões com maior desigualdade do país e, paradoxalmente, a com maior renda per capita. A prolongada crise, que vem do final de 2014 e é agravada a partir de 2019 com o advento da pandemia, nos leva a um quadro do retorno de bolsões de miséria e fome na base territorial do Distrito Federal, sendo necessária a construção de um conjunto de políticas públicas, algumas de caráter emergencial e outras de cunho estratégico e remodeladoras do sistema social.

Para o fortalecimento da Sociedade e para a promoção da cidadania, além da erradicação da miséria e da fome, a redução das diferentes tipologias de desigualdade é essencial.

5.1) DF INCLUSIVO- JUSTIÇA SOCIAL

5.1.1) DF Inclusivo- Estruturação:

a) Construção do Marco Legal da Assistência Social no Distrito Federal A União instituiu a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/92) e o Sistema Único da Assistência Social (Lei nº 12.435/11), porém a estrutura e os programas de assistência social no Distrito Federal ainda estão dispersos e não integrados. Um Marco Legal local permitiria o alinhamento, o direcionamento e a eficiência na aplicação dos recursos e da estrutura da assistência social e das carreiras envolvidas.

b) Transferência de renda Unificar as transferências em um único cartão – DF Inclusivo, aumentando o valor dos benefícios de acordo com o tamanho e renda da família;

c) Estruturação do DF Inclusivo como programa integrado:

Programa guarda-chuva, que abrigará várias ações, projetos e programas em articulação multissetorial e intertemática, como: assistência social, trabalho, geração de renda e direitos humanos.

Foco: incluir, gerar sentimento de pertencimento e de satisfação em fazer parte de um novo DF. Agora menos desigual e com oportunidades para cada um.

d) Análise dos Grandes Contratos (Restaurantes Comunitários e locações).



5.1.2) DF Inclusivo: remodelagem do sistema de assistência social

- a) Recuperação e atualização dos cadastros de beneficiários da Assistência Social;
- b) Implementar um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em cada Cidade do Distrito Federal;
- c) Organização dos CRAS como um prestador múltiplo de atendimentos (Na Hora social);
- d) Criação do CRAS de Inclusão Produtiva Urbana;
- e) Criação do CRAS Rural;
- f) Aumentar a integração dos CRAS e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);
- g) Ampliação dos programas de aluguel social e moradia social.

5.1.3 DF Inclusivo: População em Situação de Rua

- a) Aumentar as vagas em albergues e casas de passagem;
- b) Priorizar o atendimento e a criação de vagas em albergues ou moradias sociais para famílias com criança e adolescentes em situação de rua;
- c) Criar o Centro POP Itinerante com espaço para emissão de documentos, espaço para banho, espaço beleza com corte de cabelo e barba, atendimento médico e psiquiátrico;
- d) Criação e distribuição do Kit Higiene (será incluído absorvente para quem precisa).

5.1.4) DF Inclusivo: Segurança Alimentar

- a) Ampliação dos Restaurantes Comunitários em quantidade e alcance;
- b) Criação do Restaurante Comunitário Itinerante para a distribuição de comida, com os mesmos preços cobrados nos pontos fixos, nos locais com maior adensamento de famílias com crianças e idosos em situação de insegurança alimentar;
- c) Projeto Infância sem Fome: gratuidade das refeições servidas no Restaurante Comunitário para crianças de 0 a 6 anos;
- d) Projeto Mesa Cheia: distribuição de alimentos in natura e leite para as famílias com crianças de 0 a 6 anos e com idosos;
- e) Projeto Cozinha Criativa: objetivo é ensinar as famílias em situação de vulnerabilidade social a prepararem refeições, lanches e comida de bebê de forma saudável e nutritiva a partir do bom aproveitamento de frutas, legumes, grãos e cereais. O foco será na otimização do uso das cestas distribuídas no DF Inclusivo;
- f) Apoio, capacitação e manutenção de hortas comunitárias;
- g) Criação de bosques de frutíferas em cada Região Administrativa (RA) do DF;
- h) Doação de mudas frutíferas e instrução sobre os cuidados para o cultivo focado nas famílias em situação de insegurança alimentar;
- i) Lanche na escola e em casa: reforço da merenda escolar de qualidade e na quantidade adequada com preparo de um lanche para a criança levar para casa em caso de situação de insegurança alimentar na família;
- j) Realizar estudo de viabilidade para a criação do Restaurante Infantil do DF Inclusivo.



5.1.5) DF Inclusivo: Participação Social

- a) Criação da Feira Conhecendo o DF, feira Itinerante de artesanato, cultura e gastronomia que passará pelas 32 RAs - oportunizando a troca de conhecimento, a comercialização de produtos, o intercâmbio cultural, a geração de renda – proporcionando um espaço de lazer para as famílias;
- b) criação e fortalecimentos dos conselhos de Política e Assistência Social;
- c) Projeto Eu Faço Parte! tem como objetivo apoiar o movimento comunitário e de bairro com a criação de canais de participação ativa para priorização e discussão de ações e soluções dos problemas ou para festejar conquistas. Dentro do projeto, que funcionará em cada RA, será criada uma comissão de voluntários para incentivar o cuidado e preservação dos equipamentos públicos do DF Inclusivo;
- d) Criação do Podcast DF Inclusivo.

5.1.6) DF Inclusivo: Monitoramento e Governança

- a) Criação do comitê DF Inclusivo Governança, com a participação de empresários dos mais diferentes setores, intelectuais, artistas, jornalistas, burocratas do setor público, políticos, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), da Justiça, de órgãos de controle, do terceiro setor, de universidades públicas e privadas, além de líderes comunitários e pessoas comuns (em regime rotativo);
- b) Criação de uma equipe de monitoramento com especialistas para realizar estudos e avaliação ex ante e ex post das ações, projetos e programas do DF Inclusivo;
- c) Reunião mensal com a governadora para apresentar o andamento das políticas públicas, as dificuldades, as soluções encontradas e os resultados alcançados;
- d) Observatório DF Inclusivo - operacionalizado via parceria entre Governo do Distrito Federal (GDF) e universidades. A ideia é envolver alunos, professores e comunidade em estudos, pesquisas, produção de conhecimento, disseminação e intercâmbio para melhorar as políticas públicas sociais;
- e) Criação de uma página eletrônica interativa para a divulgação, publicização e transparência das ações, recursos e resultados do DF Inclusivo.

5.1.7) DF Inclusivo: Mulheres

- a) Estabelecimento de casas abrigo em todas as regiões do DF, em rede com a casa da mulher brasileira;
- b) Estabelecimento de, pelo menos, mais duas Casas da Mulher Brasileira, em rede com as casas abrigo;
- c) Estabelecimento de uma Delegacia Especial da Mulher na Região Norte;
- d) Focalização de linhas de crédito especiais com corte de gênero e cor;
- e) Focalização de programas sociais com corte de gênero e cor;
- f) Criação da Escola de Negócios Socialmente Sustentáveis para treinar, capacitar e orientar na abertura de novos negócios ou oferta de serviços;
- g) Plataforma Digital da Mulher Empreendedora com criação de aplicativo para a venda de produtos e serviços;
- h) Projeto eu me amo, eu me cuido com o objetivo de prevenir e tratar casos de depressão e ansiedade em mulheres, com atenção especial para mães, vítimas de violência e em situação de rua com a capacitação para o autocuidado, atendimento psicológico e distribuição de kit beleza;



- i) Projeto Terapia Social com o objetivo de prevenir ou tratar depressão pós- parto e outros problemas psicológicos gerados pela nova fase de vida a partir da disponibilização de 2 terapias ou atendimentos com psicólogo por mês, presencial ou online, para mães no primeiro ano de nascimento da criança;
- j) Projeto Mãe Feliz, Criança Feliz, Família Saudável: é a expansão dos serviços de atenção e cuidado do Programa Criança Feliz já em execução no DF para atender mães, pais, cuidadores e familiares a partir de um olhar integral e sistêmico sobre o desenvolvimento infantil;
- k) Caravana DF Inclusivo Mulher com atendimento itinerante – o objetivo é ofertar serviços, exames médicos, atendimento especializado, ofertar canais de denúncia de violação de direitos, serviços de beleza, dentistas, encaminhamento para o mercado de trabalho, oficinas gastronômicas, teatro educativo, palestras motivacionais, palestra sobre prevenção de doenças como o câncer de mama, entre outros;
- l) Projeto Mulher Segura: campanhas de conscientização sobre o crime de importunação sexual no transporte público com o objetivo de esclarecer sobre as formas de prevenção, lugares e serviços de cuidado e apoio à vítima, bem como a pena prevista em lei para o agressor.

5.1.8) DF Inclusivo: DF Negro

- a) Capacitação e acesso ao crédito para empreendedores negros e negras;
- b) Projeto DF Sem Racismo: campanhas de combate ao racismo estrutural e institucional em escolas, espaços públicos e comerciais;
- c) Projeto Oportunidades Negras: criação de bolsas de iniciação científica para jovens negros e negras na Universidade do DF;
- d) Projeto de apoio ao empreendedorismo social de mulheres negras que vivem em espaços rurais e urbanos com foco no protagonismo de gênero, combate ao racismo e promoção das igualdades;
- e) Projeto Vidas Negras: objetivo é conscientizar a sociedade e sobretudo os agentes de segurança pública sobre as consequências do racismo na abordagem policial, na identificação do autor de um crime e na escuta das vítimas negras.

5.1.9) DF Inclusivo - LGBTQIA+

- a) Projeto para atendimento psicológico para pessoas vítima de violência que perderam seu lar em função da sua orientação sexual;
- b) Projeto Quero Respeito é uma campanha de conscientização e intervenção pública com divulgação em rádio, TV, mídias sociais através de coletivos sociais, ONGs e grupos de teatro de rua com eventos educativos sobre diversidade e respeito;
- c) Projeto Diversidade Viva com o objetivo de valorizar a vida e prevenir a violência com a criação de um canal de denúncia e espaço especializado de atendimento nos equipamentos da Assistência Social;
- d) Casa Somos de Todas as Cores com a criação de um espaço para acolhimento e passagem de vítimas de violência ou em situação de rua;
- e) Projeto Renda para Todas Cores: Apoio à projetos de geração de renda, com editais e chamamentos específicos;



- f) Projeto Eu Tenho Identidade: criação de um esforço coletivo, com apoio de parceiros, para a emissão de documentos com o nome social e para realizar a mudança ou retificação de nome e gênero para pessoas trans e travestis;
- g) Apoio e fortalecimento dos coletivos do DF que defendem a causa e desenvolvem projetos sociais de relevância.

5.1.10) DF Inclusivo - Acessibilidade:

- a) Programa cidades acessíveis para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de obras que promovam a inclusão e a acessibilidade;
- b) Escola e transporte escolar acessível, ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais;
- c) Residência acessível: priorizar habitações com acessibilidade; projetos adaptados e priorizar em projetos de financiamento público;
- d) Inserção no mercado de trabalho.

5.1.11) DF Inclusivo Financiamento: Apoio à estruturação de Bancos Populares e Moedas Sociais

- a) Instituição de programa de Moedas Sociais para regiões mais carentes do DF como forma de incentivar a economia local;
- b) Criação de um Banco Popular público e apoio aos Bancos Populares Privados;
- c) Criação de Linhas especiais para microcrédito no BRB e/ou atuação como segundo piso com OSCIPS ou Cooperativas de Crédito;
- d) Instituição de programa de recuperação de Crédito;
- e) Construção de mecanismo de apoio ao Empreendedorismo e Geração de Renda (fundo, mentoria, consultoria etc).

5.1.12) DF Inclusivo: DF Jovem

- a) Oferta e revitalização de equipamentos esportivos e praças de esporte;
- b) Oferta de passe livre estudantil por mais um dia na semana (lazer e cultura);
- c) Apoio a programas de aprendizagem (menores e jovens aprendizes) e estágio e ampliação dos programas públicos;
- d) Cinema na Praça com Pipoca com o objetivo de entreter o jovem, oportunizar o encontro e a conversa antes e depois dos filmes, além de incentivar a reflexão através de filmes com mensagens positivas de inclusão, empoderamento, superação e motivação;
- e) Projeto Eu Tenho um Sonho com o objetivo de planejar a carreira do jovem pós-ensino médio com o auxílio de tutores e apoio financeiro;
- f) Projeto de Monitoria Social é um incentivo a diminuição do efeito Nem- Nem. O objetivo é criar incentivos financeiros para os jovens permanecerem na escola e de experiência prática para sonharem com o mercado de trabalho com monitorias nos espaços e equipamentos públicos do DF Inclusivo;
- g) Projeto Eu Estou no Jogo! com a criação de arenas de futebol nas áreas com maior vulnerabilidade social, fornecendo apoio ao futebol interescolar e amador;
- h) Campanha de Boa no Frevo é para conscientizar e prevenir sobre o uso de drogas, álcool e cigarros com campanhas de jovens para jovens com participação de YouTubers, influencers e Tiktokers;



- i) Projeto para apoio, prevenção e cuidado ao jovem com depressão, ansiedade e tendência ao suicídio;
- j) Campanha no Tempo Certo para a prevenção da gravidez na adolescência e casamentos precoces com palestras, vídeos curtos, grupos de teatro nas escolas, concurso de redação e de poesias;
- k) Habilitação Social Jovem: aumentar o número de vagas e focalizar nos mais vulneráveis.

5.1.13) DF Inclusivo: Desenvolvimento Infantil

- a) Projeto Infância: tempo de brincar com o objetivo de prevenir o trabalho infantil;
- b) Projeto Riso Fácil com o objetivo de criar espaços lúdicos para o desenvolvimento infantil a partir da contação de histórias, oficina de bonecos, brinquedoteca e bibliotecas infantis;
- c) Projeto Meu Lar, Meu Lugar: espaço de acolhimento e convivência de crianças com deficiência física e cognitiva;
- d) Projeto Praça da Família com brinquedotecas, academias, espaço para jogos de tabuleiro, quiosques para comercialização de alimentos e espaço para carrinhos de alimentos apoiados pelo DF Inclusivo;
- e) Projeto Meu Primeiro Livro: doação de livros infantis e criação do clube do livro para incentivar a leitura, a contação de histórias e a ludicidade na primeira infância;
- f) Criação da Casa-Parque da Criança com Deficiência: espaço de cuidado especializado, lazer, fisioterapia e socialização de crianças com diferentes tipos e graus de deficiência para que possam ficar um turno sob os cuidados de uma equipe multidisciplinar sensível que respeite o tempo de desenvolvimento de cada criança. Serão priorizadas as crianças que recebam o Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- g) Apoio às instituições da sociedade civil que recebem e cuidam de crianças - Construção de equipamentos e editais para operação.

5.1.14) DF Inclusivo- DF Idoso:

- a) Lar da Inclusão: espaço para o cuidado integral e moradia de idosos com deficiência física, cognitiva ou em situação de abandono;
- b) Unidade de Saúde Bem Viver DF com equipe multidisciplinar para realizar o bom atendimento geriátrico para prevenção e cuidado de doenças a partir do atendimento humanizado;
- c) Disponibilizar nos CRAS e demais equipamentos do DF Inclusivo, em regime de empréstimo por tempo determinado, cadeiras de rodas, muletas, cadeiras para auxiliar no banho, camas hospitalares, entre outros equipamentos que auxiliem no bem-estar do idoso em situação de imobilidade;
- d) Fortalecer e modernizar os Centros Sociais para acolhimento e socialização de idosos;
- e) Criação da Casa DF Idoso, espaço de cuidado, lazer e terapia onde as famílias podem deixar seus pais ou parentes idosos para um turno ou dois e em seguida o idoso retorna para o lar, de forma que não ocorrerá o afastamento permanente, mantendo os laços de afeto e convívio diário da família.



5.1.15) DF Inclusivo: Programa de apoio à profissionalização e emprego para populações em alto risco social

- a) Apoio à programas de ressocialização de egressos no sistema prisional, utilizando-se inclusive das redes de prestadores de serviços para o governo;
- b) Apoio à ações de geração de renda para populações em grave risco social (uso de espaços de feiras públicas e microcrédito ou crédito social).

5.1.16) DF Inclusivo: DF diversidade

- a) Indígenas: criação do CRAS Indígenas para apoio e atendimento especializado.
- b) Ciganos: atendimento pelo CRAS itinerante para escuta especializada e atendimento das demandas sociais.

5.2) ESPORTE E LAZER UM DIREITO DO CIDADÃO

- a) Manter, ampliar e reformular o Programa Compete Brasília promovendo a concessão de hospedagem e alimentação, conforme previsto na Lei 5.797/2016. (Lembrando que essa lei precisa ser regulamentada).
- b) Manter e ampliar o Programa Bolsa Atleta - incluindo os técnicos de atletas contemplados com os melhores resultados;
- c) Reimplantar e ampliar o Projeto Futuro Campeão, dentro das ofertadas nos Centros Olímpicos e Paralímpicos;
- d) Criar uma Ata de Registro de Preços, para apoiar eventos esportivos com itens mais utilizados nos eventos esportivos que promovam a realização de um maior número de eventos esportivos no Distrito Federal;
- e) Melhorar e adequar as Portarias, inclusive a Portaria nº 98 que trata da Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), facilitando a execução de projetos contínuos, de eventos esportivos e priorizando Entidades Locais;
- f) Criar uma equipe técnica em gestão esportiva intrínseca ao próprio do Fundo de Apoio ao Esporte (FAE) para viabilização mais célere e eficaz dos Projetos apresentados ao Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte (CONFAE);
- g) Realizar anualmente o Prêmio Brasília Esporte, com indicações das federações e voto popular;
- h) Revitalizar e ampliar a Escola de Esporte da Secretaria de Esporte e Lazer (antigo DEFER); utilizando o equipamento para um centro de treinamento Aquático Olímpico/ Paralímpico, padrão Federação Internacional de Natação (FINA) (meta a longo prazo) com piscina olímpica, piscina de aquecimento e tanque de saltos, estruturados para receber portadores de deficiências;
- i) Viabilizar a realização da tradicional “Corrida de Reis de Brasília” na data específica e o Circuito de Corridas nas RAs;
- j) Incentivar a prática de esportes - Reformulando as Escola de Esporte, Centros Olímpicos e Projetos sociais;
- k) Lançar o Programa “Vizinho da Quadra”, onde vários equipamentos esportivos, tais como: quadras, pistas de skate, campos de futebol, dentre outros, tenham um guardião que receberá material esportivo, cuidará desse, para a prática de diversos esportes - incluir uma parceria com as Regiões Administrativas, para gerenciar estes espaços;



- l) Promover estudos técnicos, Acordos e/ou Convênios e outras parcerias cabíveis que viabilizem a integração da Secretaria de Esporte com a Secretaria de Educação, visando os Jogos Escolares;
- m) Apoiar e incentivar as atividades paradesportivas nos Centros Olímpicos e Paralímpicos, integrar e instituições sociais que desenvolvem os paraesportes e as Universidades e Faculdades para o desenvolvimento do paradesporto;
- n) Promover de maneira regular atividades para pessoas idosas;
- o) Promover e incentivar a prática de esportes radicais e os jogos esportivos radicais e na natureza;
- p) Implantar um sistema de alimentação e transporte nos Centros Olímpicos, proporcionando o desenvolvimento de futuros atletas do Projeto Futuro Campeão;
- q) Criar uma bolsa de aperfeiçoamento técnico para os professores/técnicos dos CIDs e Projeto Futuro Campeão;
- r) Oferecer condições por meio da melhoria do material esportivo, qualificando os profissionais dos CIDs para melhor representação do Distrito Federal, nos Jogos Escolares Brasileiros;
- s) Dar continuidade aos atletas destaque do Projeto Futuro Campeão por meio de parcerias com clubes e Universidades do DF;
- t) Apoiar e ampliar as atividades físicas para a comunidade junto aos postos de saúde para pessoas idosas e portadoras de sequelas pós-Covid ou outras limitações físicas que possam ser atendidas – Parceria com a Secretaria de Saúde e Conselho Regional de Educação Física (CREF- DF);
- u) Ampliar obras de infraestrutura e contemplar convênios com Clubes e outros equipamentos;
- v) Estabelecer convênios com Universidades para o desenvolvimento de pesquisas e bancos de dados, assim como uma política do voluntariado;
- w) Ampliar o acesso à atividade física e esportiva gratuita e monitorada para a população;
- x) Realizar concurso público: Analista de Administração Pública, Gestão com formação superior em Educação Física;
- y) Manter um quadro técnico esportivo dentro da Secretaria de Esporte e Lazer (realização de processo seletivo, contrato temporário).

5.3) UMA SOCIEDADE PARA A CIDADANIA:

- a) Fortalecimento e ampliação dos serviços da Defensoria Pública (construção das sedes próprias, compromisso com a definição de limites orçamentários próprios);
- b) Compromisso com a equidade e equilíbrio na ocupação de cargos e funções na administração pública;
- c) Apoio a empresas que promovam programas de equidade;
- d) Simplificação e desburocratização como fundamento da relação do cidadão com a administração pública;
- e) Fortalecimento e estruturação dos conselhos tutelares.



6) Infraestrutura, Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 5, 6, 7, 11, 12 e 13)



A atuação do Estado como grande fornecedor de serviços para a Sociedade se apresenta no espaço urbano. No caso do Distrito Federal a urbanização abrange quase a totalidade da população. Além disso, a ação do Estado na produção/fornecimento de serviços e infraestrutura urbana funciona como indutor do desenvolvimento econômico e de progresso social ao garantir emprego e acesso de serviços públicos para todos. Nesse sentido, o programa de governo se organiza para colocar o cidadão do Distrito Federal como centro dessas ações.

6.1) CIDADES SUSTENTÁVEIS

6.1.1) Brasília cidades de todos: território de cultura, esporte e lazer para todos

- a) Elaboração dos planos regionais de esporte, cultura e lazer, com conselhos curadores regionais;
- b) Recuperação e implantação dos equipamentos públicos de esporte, cultura e lazer;
- c) Esporte e Arte em toda a parte como forma de ofertar cultura e lazer para todas as cidades.

6.1.2) Habitação Inteligente

- a) Revitalização e Ocupação dos centros urbanos;
- b) Elaboração de programa de subvenção econômica para um programa de habitação popular que envolva Terracap, BRB, DF e Mercado Imobiliário;
- c) Incentivo e apoio técnico para a autoconstrução qualificada;
- d) Apoio à qualificação e remodelamento de habitações precárias e habitação rural.

6.1.3) Conservação e Recuperação Emergencial das Cidades

- a) Programa de Obras de conservação de equipamentos públicos, em especial os classificados como em risco;
- b) Estruturação dos grupos de vistoria e acompanhamento de equipamentos públicos;
- c) Reativação da Secretaria das Cidades, com capacidade de gerir recursos humanos, materiais e financeiros comuns e organizar os grandes mutirões de conservação;



6.1.4) Fortalecimento do Marco Legal:

- a) Elaboração de um Código de Posturas para o Distrito Federal;
- b) Elaboração do Marco Legal para as Operações Urbanas Consorciadas;
- c) Revisão do Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB) para garantir acesso à água e proteção aos mananciais em assentamentos regularizados.

6.2) MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

6.2.1) Terra limpa e sustentável

- a) Regularização responsável, operacionalizando a legislação de regularização e integrando TERRACAP e CODHAB;
- b) Combate à grilagem, incluindo monitoramento tecnológico, reprimindo o grileiro e protegendo a população e o cidadão;
- c) Apoio ao trabalhador que trata da reciclagem e suas cooperativas;
- d) Coleta seletiva de resíduos sólidos associado à sua destinação às cooperativas de reciclagem para sua separação.

6.2.2) Eficiência energética

- a) Parceria para transformar a estrutura pública em geradora e autossuficiente;
- b) Apoio para transição energética mediante concessão de crédito;
- c) Apoio à autogeração e micro geração de energia solar, eólica e heliotérmica (aquecimento solar);
- d) Doações de equipamentos heliotérmicos de baixo custo para residências de baixa renda;
- e) Apoio à implementação privada de parques de geração eólica e solar.

6.2.3) Brasília, águas para o DF

- a) Compromisso com a implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico, dando prioridade à região do Descoberto, fortalecendo a economia rural e o turismo na região, mantendo a permeabilidade do solo e protegendo os mananciais;
- b) Garantia de fornecimento de água e proteção dos mananciais;
- c) Execução do Águas do DF, principalmente nas regiões do Plano Piloto (prioridade na Asa Norte e Noroeste) e Taguatinga.

6.2.4) Proteção ao Ambiente do Cerrado

- a) Proteção à mananciais e cursos d'água;
- b) Proteção ao solo contra erosão;
- c) Combate à grilagem e ocupação ilegal principalmente em áreas de preservação e interesse ecológico;
- d) Vivificação e uso sustentável dos parques geridos pelo DF;
- f) Criação de fundo para recuperação do Cerrado com as Compensações ambientais e utilização dessas para recuperação dos Parques do Distrito Federal;



- g) Fortalecimento dos Parques e do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) para gestão dos parques, unindo as diversas Secretarias para mutirões de recuperação dos parques;
- h) Retorno do Programa “virada nos parques” como união de educação, cultura, esportes e meio ambiente para trazer a população para os parques do DF.

6.3) MOBILIDADE INTELIGENTE

6.3.1) Por uma Modalidade Inteligente - Redefinição do Modelo de Transporte:

- a) Redefinição das bacias de transporte rodoviário com integração de modais e bolsões de estacionamentos;
- b) Expansão e manutenção das ciclovias como integração com demais modais dentro de cada cidade (construção de bicicletários nos bolsões e garantia de segurança nesses espaços);
- c) Recuperação de calçadas e garantia de acessibilidade;
- d) Não cobrar estacionamento em áreas residenciais;
- e) Reavaliação da estrutura de concessão de transporte público e análise dos contratos das atuais concessões de transporte;
- f) Conclusão das obras necessárias ao corredor de transporte Oeste.

6.3.2) DF nos Trilhos

- a) Expansão do metrô com a construção das estações na Ceilândia (2), Samambaia (2) e Asa Norte (1)
- b) Expansão do metrô para o Santa Maria e Gama;
- c) Construção do monotrilho para Sobradinho, interligando com terminal de integração Asa Norte;
- d) Ramal ferroviário de passageiros ligando Luziânia à Rodoferroviária;
- e) Recuperação do projeto do VLT, reduzindo os impactos no trânsito;
- f) Revisão do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF para priorizar o transporte ferroviário e sua integração com bacias de transporte rodoviário coletivo e não motorizado.

7) Serviço Público Eficiente (ODS 16 e 17)



Ter o Serviço Público e o Estado como indutores de atividades e organizadores de redes e parcerias é fundamental para a construção de Políticas Públicas eficientes e eficazes. Nesse sentido, é fundamental criar mecanismos que garantam a valorização, institucionalização e a eficiência do Serviço Público.



7.1) DF UM GOVERNO PARA O SÉCULO XXI

7.1.1) Brasília, cidades inteligentes

A ideia de cidade inteligente passa por uma multiplicidade de fatores que envolve uma mudança de sistema produtivo com base na competitividade, desenvolvimento de capital social e humano, governança participativa e democrática, proteção ao meio ambiente e recursos naturais, produção de mobilidade inteligente e habitação.

- a) Revitalização da W3 com base na Economia Criativa e estruturas tecnológicas;
- b) Revitalização centro de Taguatinga com a estruturação de um corredor tecnológico;
- c) Governo Digital, serviços com marcação digital e com informações transparentes na palma da mão (conectar, informar, participar e incluir);
- d) Estruturação de pólos de internet pública (“árvores digitais”) nos territórios das cidades do DF (prioridade e base da Escola Pública).

7.1.2) Governo Digital e Próximo ao Cidadão

- a) A transparência é um compromisso com o acesso à informação e ouvidorias por mecanismos eletrônicos, com mudanças de linguagem, que são uma necessidade, e reconstrução do Portal de Transparência;
- b) Construção de mecanismos radicais de transparência digital da ação pública com o objetivo de melhorar os processos e a gestão pública (conectar, informar, participar e incluir);
- c) Estruturar o Laboratório de Inovação em Políticas Públicas;
- d) Trabalhar para ampliar/implantar o “Na Hora digital”, com implantação do portal de serviços com saúde, educação, todos os serviços da Secretaria de Fazenda;
- e) Criar mecanismos colaborativos para construção de legislação participativa;
- f) Implementar coberturas de internet pública e acessível em territórios das cidades do Distrito Federal;
- g) Criar mecanismos de consulta sobre decisões que afetem as diversas localidades;
- h) Restaurar as estruturas dos conselhos no território.

7.1.3) Todos por Brasília

- a) Desenvolvimento de programa de parcerias com a Sociedade Civil e Terceiro Setor;
- b) Recuperação da estrutura de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) do Distrito Federal - Estruturação efetiva do Fundo Garantidor para PPPs;
- c) Estruturar mecanismos de concessões de espaços e serviços no DF;
- d) Reestruturação dos escritórios de desenvolvimento e acompanhamento de projetos de engenharia e arquitetura nas Secretarias de Saúde, Educação e Cidades;

7.2) VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO E DO SERVIDOR PÚBLICO

7.2.1) Valorização do Serviço Público

O Servidor Público é a base da execução de todas as Políticas Públicas. Nosso governo assume o compromisso na valorização da institucionalidade do serviço público e do servidor público como profissional que garante a cidadania e presta o atendimento próximo ao cidadão.



- a) Valorizar a formação continuada e estabelecer as trilhas de capacitação para os servidores;
- b) Valorizar as Escolas de Governo do Distrito Federal e estabelecer parcerias com as Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal para capacitação (Integração com a UnIDF);
- c) Estruturar setor de estatísticas de Pessoal;
- d) Fortalecer os programas de qualidade de vida e saúde dos servidores;
- e) Atualização do auxílio alimentação, tendo por meta uniformizar os valores pagos pelo Poder Executivo;
- f) Estabelecer política de reposição inflacionária dos salários;
- g) Criação de uma mesa permanente de negociação;
- h) Priorizar a nomeação de servidores efetivos no exercício de cargos de chefia.

7.2.2) Recuperação do Serviço Público

- a) Valorização e resgate da Imagem do Servidor e do Serviço Público;
- b) Trabalhar a questão do servir ao público e à sociedade como questão fundamental na formação, capacitação e gestão do Serviço Público;
- c) Melhoria das condições físicas e humanas da prestação de serviço público;
- d) Criar estruturas que promovam definição e acompanhamento de metas e resultados (agentes de planejamento e gestão);
- e) Criar mecanismos que coíbam todas as formas de assédio.

7.3) ÉTICA, GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

7.3.1) Transparência e Ética como forma de governar

- a) Reforço nas Estruturas da Controladoria e Ouvidoria do Distrito Federal;
- b) Mudança das estruturas dos sites de transparência para melhorar a linguagem e permitir o acesso dinâmico às informações, melhorando a linguagem e o acesso para o cidadão;
- c) Construção dos sites de acompanhamento de obras públicas, com georreferenciamento, imagens e custos;
- d) Programa de olho na política pública na escola, como forma e tema transversal. Educação para a cidadania e controle da política pública;
- e) Radicalizar os mecanismos de transparência com o Governo Digital (ver Governo Digital).

7.3.2) Institucionalização de mecanismos que Garantam Controle e Equilíbrio Orçamentário e Financeiro e a Qualidade do Serviço Público

- a) Estruturação das Juntas orçamentárias;
- b) Implantação de mecanismos de orientação e controle da administração indireta;
- c) Estruturação de unidade que controle e gerencie o patrimônio imobiliário.



7.3.3) Institucionalização de mecanismos anticíclicos para garantir investimentos em momentos de crise.

- a) Estruturar fundo anticíclico, com recursos próprios e com recursos do Fundo Constitucional;
- b) Negociar junto com a União a estruturação do Fundo Constitucional efetivamente como Fundo Financeiro.



MAPA ESTRATÉGICO

Visão: Tornar o Governo do Distrito Federal referência em eficiência e eficácia nos serviços públicos ofertados e o Distrito Federal referência em qualidade de vida e oportunidades de desenvolvimento para seus cidadãos.

Valores: Transparência, Ética e Responsabilização dos Agentes, responsabilidade fiscal, responsabilidade social, responsabilidade administrativa, responsabilidade ambiental, responsabilidade e valorização política

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

EDUCAÇÃO PÚBLICA E UNIVERSAL DE QUALIDADE	SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE	SEGURANÇA COM CIDADANIA	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM SUSTENTABILIDADE	ERRADICAÇÃO DA FOME E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	CIDADES COM MOBILIDADE E SUSTENTÁVEIS
---	----------------------------	-------------------------	--	---	---------------------------------------

PROCESSOS INTEGRADORES

EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO	SAÚDE DF: EMERGÊNCIA EM SAÚDE	DF SEGURANÇA COM CIDADANIA	BRASÍLIA ECONOMIA INTELIGENTE	DF INCLUSIVO-JUSTIÇA SOCIAL	MOBILIDADE INTELIGENTE
DF DESENVOLVER A EDUCAÇÃO	SAÚDE DF: PREVENÇÃO E PLANEJAMENTO	VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL E DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA	BRASÍLIA ECONOMIA DO CUIDADO DF AMIGO DO EMPREENDEDOR	ESPORTE E LAZER UM DIREITO DO CIDADÃO	CIDADES SUSTENTÁVEIS
UMA ESCOLA PARA A SOCIEDADE	SAÚDE DF: AMPLIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA SAÚDE	NOVO CICLO DA POLÍTICA PENITENCIÁRI A DISTRITAL	DF CRÉDITO PARA DESENVOLVIMENTO	UMA SOCIEDADE PARA CIDADANIA	MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

ÉTICA, GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA	DF UM GOVERNO PARA O SÉCULO XXI	VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO E DO SERVIDOR PÚBLICO
-----------------------------------	---------------------------------	--





Leila Governadora

